

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento

1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Janeiro a Abril
2016

Maio de 2016

Índice

Introdução	5
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira	7
1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 1º Quadrimestre de 2016 - Grandes Grupos	8
1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 1º Quadrimestre de 2016.....	15
1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 1º Quadrimestre de 2016	16
1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 1º Quadrimestre de 2016.....	17
1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde	18
1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016).....	21
1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 1º Quadrimestre de 2016	22
2. Desembolso Financeiro	26
2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)	26
2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....	29
2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	30
2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	31
3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC	32
4. Indicadores (Resultado Cumulativo)	34
5. Resultados das Metas da PAS por Objetivo – 1º Quadrimestre/2016.....	36
Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.	36
Objetivo 02. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas..	41
Objetivo 03. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.	47

Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.	50
Objetivo 05. Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.	56
Objetivo 06. Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.	59
Objetivo 07. Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.	62
Objetivo 08. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.	68
Objetivo 09. Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.	72
Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.	75
Objetivo 11. Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.	78
Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.	82
Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.	85
ANEXO I.	87

Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério da Saúde (MS) apresenta o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), referente ao quadrimestre de janeiro a abril 2016. Este relatório contém o desempenho do MS detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar e foi formatado em adequação ao nível de informação pactuado com a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS).

A partir do exercício de 2016 a estruturação do Plano Nacional de Saúde levou em consideração as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) que, conjuntamente com outros elementos, auxiliaram na definição de Objetivos, Metas e Indicadores. O CNS optou por organizar suas diretrizes a partir de eixos temáticos que orientam as linhas de atuação contidas nas respectivas diretrizes.

Definidas as diretrizes, foram estabelecidos objetivos a estas relacionados e determinadas as metas, predominantemente quantificadas, permitindo a aferição do grau de alcance dos resultados pretendidos.

As informações que permitem a quantificação dos resultados do primeiro quadrimestre de 2016 foram originadas dos sistemas oficiais de informações em saúde, com preenchimento realizado pelos entes federados responsáveis pela execução da maior parte das ações de saúde aqui apresentada. As linhas de atuação propostas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do MS, e a sua adequação às diferentes realidades inter e intra regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos. É válido destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias Intergestores Bipartite e Tripartite.

O desempenho obtido no presente quadrimestre deve ser debatido de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido aos objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; aos objetivos e metas do Plano Nacional de Saúde 2016/2019; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2016/2019 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2016. Esse conjunto de normas organiza a atuação governamental, contribui para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializa o monitoramento e a avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

A sistematização das informações disponibilizadas explicita o desempenho das principais linhas de atuação constantes em outros instrumentos de gestão, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do MS (Ecar/MS) e guarda coerência com outros documentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de Controle da administração pública.

Este relatório divide-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo a estados e municípios, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais federais. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos

por meio da comparação dos resultados atingidos no primeiro quadrimestre de 2016, relacionando-os com a meta anual proposta na Programação Anual de Saúde 2016 e em outras programações da pasta. No anexo consta os resultados das atividades de controle encerradas até abril de 2016 pelo Departamento de Auditoria do SUS.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em milhões R\$

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DISPONIBIL. P/ EMPENHO DEC 7.995/13 (B)	EMPENHADO (C)	PAGO (D)	SALDO A PAGAR E=(C-D)	% DISPON. F=(C/B)	SALDO DISPON. G=(B-C)	% SALDO H=(G/B)
PESSOAL ATIVO - ASPS	10.107,8	10.098,7	8.647,9	2.862,3	5.785,6	85,6	1.450,8	14,4
PESSOAL ATIVO - ANS - NÃO ASPS	165,1	165,1	113,5	50,9	62,6	68,7	51,6	31,3
INATIVO	7.928,8	7.947,1	7.885,4	2.474,0	5.411,4	99,2	61,7	0,8
DÍVIDA	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	-	2,0	100,0
ANS - UO 74202	11,1	11,1	5,2	1,4	3,8	47,1	5,9	52,9
Crédito Extraordinário - ASPS	33,0	33,0	6,6	0,0	6,6	20,0	26,4	80,0
OCC - ASPS	98.937,7	91.115,5	47.192,7	25.699,3	21.493,4	51,8	43.922,8	48,2
Programação Própria	89.528,7	87.302,6	43.671,4	23.089,5	20.581,9	50,0	43.631,2	50,0
Emendas	9.409,0	3.764,4	3.521,3	2.609,8	911,5	93,5	243,1	6,5
Sentenças Judiciais	15,5	15,5	0,4	0,2	0,2	2,8	15,1	97,2
Crédito Extraordinário - NÃO ASPS	141,7	141,7	141,7	141,7	0,0	100,0	0,0	0,0
OCC - NÃO ASPS	1.554,4	823,8	640,2	336,4	303,8	77,7	183,6	22,3
Programação Própria	844,1	682,1	536,8	280,7	256,1	78,7	145,3	21,3
Emendas	710,3	0,0	103,4	55,7	47,7		-103,4	
Sentenças Judiciais	7,3	7,3	4,3	1,7	2,6	58,9	3,0	41,1
TOTAL ASPS	109.036,4	101.214,2	55.840,6	28.561,6	27.279,0	55,2%	45.373,6	44,8%
TOTAL NÃO ASPS	9.657,4	8.936,0	8.639,2	2.861,3	5.777,8	96,7%	296,9	3,3%
TOTAL MIN. SAÚDE	118.693,8	110.150,2	64.479,8	31.423,0	33.056,8	58,5%	45.670,4	41,5%

* Crédito Extraordinário e Sentenças Judiciais estão incluídos na Programação Própria.

Fonte: Tesouro Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 1º Quadrimestre de 2016 - Grandes Grupos

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							%	%	%
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO
1 ITENS GLOBAIS	17.619.918.736	18.724.908.753	18.203.682.934	18.203.682.934	16.646.894.152	5.399.472.191	5.387.289.875	1.556.788.782	91,45	29,66	8,55
2 PESSOAL ATIVO	9.665.560.658	10.794.189.716	10.272.963.897	10.272.963.897	8.761.448.501	2.925.445.049	2.913.264.275	1.511.515.396	85,29	28,48	14,71
3 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	7.938.467.953	7.928.763.037	7.928.763.037	7.928.763.037	7.885.445.651	2.474.027.142	2.474.025.600	43.317.386	99,45	31,20	0,55
4 DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	15.890.125	1.956.000	1.956.000	1.956.000	0	0	0	1.956.000	0,00	0,00	100,00
5 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS	90.112.797.360	88.230.997.508	97.336.599.258	97.527.643.640	47.017.881.490	26.163.109.058	25.558.675.953	50.509.762.150	48,21	26,83	51,79
6 COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	3.761.174	32.500.000	32.500.000	32.500.000	3.447.322	0	0	29.052.678	10,61	0,00	89,39
8 MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	323.140.505	420.000.000	410.524.000	410.524.000	133.672.344	72.049.407	68.682.022	276.851.656	32,56	17,55	67,44
9 MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	62.160.831	73.000.000	71.600.000	71.600.000	28.255.536	9.014.474	8.526.091	43.344.464	39,46	12,59	60,54
10 HOSPITAIS PRÓPRIOS	958.792.745	1.017.000.000	1.007.260.000	1.007.260.000	427.533.892	169.290.732	137.298.803	579.726.108	42,45	16,81	57,55
11 INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	315.536.616	366.000.000	350.800.000	350.800.000	102.499.430	71.193.752	52.329.459	248.300.570	29,22	20,29	70,78
12 PIONEIRAS SOCIAIS	896.882.275	948.000.000	948.000.000	948.000.000	316.000.000	316.000.000	316.000.000	632.000.000	33,33	33,33	66,67
13 PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	148.860.625	205.000.000	205.000.000	205.000.000	76.000.000	28.769.126	21.751.843	129.000.000	37,07	14,03	62,93

	DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016						%	%	%	
			PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	328.376.891	517.000.000	491.300.000	491.300.000	236.281.310	115.053.037	95.469.241	255.018.690	48,09	23,42	51,91
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	1.084.084.602	1.468.000.000	1.442.288.646	1.442.288.646	1.012.653.176	311.207.936	311.199.975	429.635.470	70,21	21,58	29,79
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.769.223.459	2.292.000.000	2.292.000.000	2.292.000.000	377.231.907	361.493.367	359.342.911	1.914.768.093	16,46	15,77	83,54
18	VACINAS E VACINAÇÃO	3.300.232.110	3.155.000.000	3.155.000.000	3.155.000.000	1.832.435.665	398.878.002	370.387.019	1.322.564.335	58,08	12,64	41,92
19	OUTROS PROGRAMAS	1.123.167.339	1.673.355.000	1.548.613.599	1.548.613.599	345.491.819	156.381.704	147.825.492	1.203.121.781	22,31	10,10	77,69
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	1.042.582.911	1.071.121.000	1.070.041.000	1.070.041.000	289.936.567	229.096.622	218.861.555	780.104.433	27,10	21,41	72,90
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	26.501.625	88.000.000	84.128.000	84.128.000	8.048.800	0	0	76.079.200	9,57	0,00	90,43
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	43.792.575	110.000.000	110.000.000	110.000.000	12.806.443	0	0	97.193.557	11,64	0,00	88,36
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	343.322.096	465.000.000	452.000.000	452.000.000	9.102.290	5.115.599	0	442.897.710	2,01	1,13	97,99
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	176.939.899	178.500.000	178.500.000	178.500.000	45.992.179	45.990.134	45.990.134	132.507.821	25,77	25,76	74,23
26	SAÚDE INDÍGENA	1.369.923.057	1.510.000.000	1.485.760.000	1.485.760.000	652.999.533	301.623.049	297.214.223	832.760.467	43,95	20,30	56,05
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	43.132.910.999	37.391.128.040	37.391.128.040	37.741.128.040	20.535.865.882	10.860.585.503	10.763.423.470	17.205.262.158	54,41	28,78	45,59
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	5.865.366.798	7.000.000.000	7.000.000.000	7.000.000.000	4.380.278.431	1.492.798.024	1.227.854.975	2.619.721.569	62,58	21,33	37,42
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	4.935.159.675	5.400.000.000	5.400.000.000	5.400.000.000	3.233.387.945	1.615.534.218	1.613.769.621	2.166.612.055	59,88	29,92	40,12

	DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016						%	%	%	
			PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	12.469.221.347	13.931.000.000	13.931.000.000	13.581.000.000	6.510.809.212	4.648.363.721	4.646.499.472	7.070.190.788	47,94	34,23	52,06
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	1.014.338.455	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000	330.917.380	330.372.484	330.372.484	769.082.620	30,08	30,03	69,92
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	13.398.978	73.233.000	69.499.000	69.499.000	27.090.313	1.488.266	0	42.408.687	38,98	2,14	61,02
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	181.555.765	188.000.000	188.000.000	188.000.000	58.944.562	58.944.562	58.944.562	129.055.438	31,35	31,35	68,65
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.229.474.378	1.520.000.000	1.520.000.000	1.520.000.000	560.986.322	333.313.273	333.313.273	959.013.678	36,91	21,93	63,09
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	214.728.114	245.725.000	244.000.000	244.000.000	64.412.558	64.339.659	64.337.939	179.587.442	26,40	26,37	73,60
36	FARMÁCIAS POPULARES	3.039.695.914	2.660.500.000	2.660.500.000	2.802.175.044	860.768.751	860.754.771	860.754.771	1.941.406.293	30,72	30,72	69,28
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	266.928.598	325.000.000	319.100.000	319.100.000	74.632.020	30.278.811	17.225.559	244.467.980	23,39	9,49	76,61
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	339.802.801	340.000.000	340.000.000	340.000.000	169.437.777	4.601.560	4.601.560	170.562.223	49,83	1,35	50,17
39	AQUIS. E DISTRIB.MEDICAMENTOS/DST /AIDS	1.097.454.246	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000	693.452.345	260.385.739	248.531.704	406.547.655	63,04	23,67	36,96
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	299.281.204	686.200.000	499.369.554	532.321.942	212.549.704	79.213.632	42.383.614	319.772.238	39,93	14,88	60,07
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	369.581.168	381.548.508	383.585.577	396.142.527	377.158.109	160.618.342	160.609.851	18.984.418	95,21	40,55	4,79
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	264.680.551	295.155.960	295.155.960	295.155.960	264.889.780	103.651.357	103.651.357	30.266.180	89,75	35,12	10,25
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	3.345.796	4.031.000	4.031.000	4.031.000	3.450.000	1.257.243	1.257.243	581.000	85,59	31,19	14,41

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							%	%	%	
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO	
45	EMENDAS NOMINATIVAS	2.058.591.236	0	9.555.914.882	9.559.774.882	2.748.462.185	2.665.450.952	2.630.265.728	6.811.312.697	28,75	27,88	71,25
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	241.270.632	321.046.031	321.687.392	322.261.342	86.495.709	51.702.793	45.424.587	235.765.633	26,84	16,04	73,16
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	96.051.857	118.300.000	118.300.000	118.300.000	32.400.952	19.428.093	19.381.370	85.899.048	27,39	16,42	72,61
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	130.928.539	185.700.000	185.700.000	185.700.000	38.290.523	26.534.575	20.303.092	147.409.477	20,62	14,29	79,38
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	9.936.249	10.673.568	11.314.929	11.888.879	10.808.634	4.534.109	4.534.109	1.080.245	90,91	38,14	9,09
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	4.346.184	4.995.600	4.995.600	4.995.600	4.995.600	1.206.016	1.206.016	0	100,00	24,14	0,00
87	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	7.803	1.376.863	1.376.863	1.376.863	0	0	0	1.376.863	0,00	0,00	100,00
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	874.834.942	625.209.835	1.080.036.567	1.096.331.977	240.534.584	84.429.368	82.122.210	855.797.393	21,94	7,70	78,06
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	347.586.282	135.400.000	107.431.304	122.931.304	49.440.263	20.299.179	18.590.058	73.491.041	40,22	16,51	59,78
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	140.852.166	160.000.000	158.000.000	158.000.000	57.386.439	24.449.237	23.863.888	100.613.561	36,32	15,47	63,68
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	84.633.110	107.604.000	91.867.200	91.867.200	1.632.492	1.077.808	1.068.758	90.234.708	1,78	1,17	98,22
59	OUTROS PROGRAMAS	60.707.878	103.526.000	92.366.800	92.366.800	22.921.584	2.110.834	2.110.834	69.445.216	24,82	2,29	75,18
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	43.479.809	40.920.504	41.059.293	41.854.703	39.592.897	16.383.171	16.379.533	2.261.806	94,60	39,14	5,40
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	59.083.036	68.950.908	68.950.908	68.950.908	68.950.908	19.925.608	19.925.608	0	100,00	28,90	0,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							%	%	%	
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO	
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	6.702.694	8.808.423	8.808.423	8.808.423	610.000	183.531	183.531	8.198.423	6,93	2,08	93,07
63	EMENDAS NOMINATIVAS	131.789.966	0	511.552.639	511.552.639	0	0	0	511.552.639	0,00	0,00	100,00
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	1.130.345.171	1.320.863.600	1.253.305.544	1.254.744.404	400.622.738	322.759.380	297.541.860	854.121.666	31,93	25,72	68,07
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	231.115.381	235.250.000	233.539.034	233.539.034	149.050.560	136.976.481	134.381.598	84.488.474	63,82	58,65	36,18
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	49.571.671	52.000.000	50.986.000	50.986.000	26.696.482	22.218.375	18.296.536	24.289.518	52,36	43,58	47,64
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	59.847.062	77.000.000	69.974.800	70.064.800	11.614.168	10.307.288	9.041.851	58.450.632	16,58	14,71	83,42
69	VACINAS E VACINAÇÃO	154.449.827	140.000.000	136.000.000	136.000.000	19.572.395	7.099.109	5.222.622	116.427.605	14,39	5,22	85,61
70	ESTUDOS E PESQUISAS	140.705.433	110.000.000	109.840.000	120.040.000	35.507.587	27.189.734	24.134.719	84.532.413	29,58	22,65	70,42
71	OUTROS PROGRAMAS	326.977.231	601.800.000	542.065.356	512.127.800	98.438.741	85.321.833	72.843.531	413.689.059	19,22	16,66	80,78
72	FARMÁCIAS POPULARES	99.996.269	58.000.000	57.840.000	57.840.000	16.861.962	16.783.175	16.757.618	40.978.038	29,15	29,02	70,85
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	27.225.442	28.066.860	28.092.396	29.531.256	29.407.943	11.760.090	11.760.090	123.313	99,58	39,82	0,42
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	13.743.102	13.473.600	13.473.600	13.473.600	13.472.900	5.103.295	5.103.295	700	99,99	37,88	0,01
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	20.985.792	5.273.140	5.273.140	5.273.140	0	0	0	5.273.140	0,00	0,00	100,00
76	EMENDAS NOMINATIVAS	5.727.962	0	6.221.218	25.868.774	0	0	0	25.868.774	0,00	0,00	100,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							%	%	%	
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO	
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS	124.741.218	151.122.597	150.955.700	151.228.928	34.993.734	22.333.578	22.228.439	116.235.194	23,14	14,77	76,86
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	54.153.390	60.000.000	59.692.948	61.092.948	13.313.004	10.759.235	10.704.514	47.779.944	21,79	17,61	78,21
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	33.274.949	45.100.000	45.100.000	43.500.000	11.009.093	5.851.990	5.801.573	32.490.907	25,31	13,45	74,69
80	OUTROS PROGRAMAS	33.490.924	39.270.000	39.154.278	39.354.278	6.012.592	3.477.203	3.477.203	33.341.686	15,28	8,84	84,72
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	3.023.783	3.450.888	3.706.765	3.979.993	3.319.045	1.985.579	1.985.579	660.948	83,39	49,89	16,61
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	798.172	1.422.720	1.422.720	1.422.720	1.340.000	259.571	259.571	0	0,00	0,00	0,00
183	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	1.878.989	1.878.989	1.878.989	0	0	0	1.878.989	0,00	0,00	100,00
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	124.905.138	123.079.960	137.672.437	137.948.487	52.373.692	31.014.284	29.686.564	85.574.795	37,97	22,48	62,03
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	61.291.375	66.500.000	58.899.626	58.899.626	31.265.536	10.848.274	10.460.384	27.634.090	53,08	18,42	46,92
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	59.107.686	52.113.696	52.135.296	52.411.346	20.420.574	19.719.607	18.780.796	31.990.772	38,96	37,62	61,04
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	1.489.190	1.490.000	1.490.000	1.490.000	687.582	446.404	445.384	802.418	46,15	29,96	53,85
139	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	3.016.887	2.976.264	2.976.264	2.976.264	0	0	0	2.976.264	0,00	0,00	100,00
87	EMENDAS NOMINATIVAS	0	0	22.171.251	22.171.251	0	0	0	22.171.251	0,00	0,00	100,00
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TOTAL		100.460.337.118	100.247.468.368	108.984.082.850	109.036.427.458	55.840.616.583	29.176.945.366	28.561.627.094	53.195.810.875	51,21	26,76	48,79

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							%	%	%
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E=(A-B)	EMP	LIQ	SALDO
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OCC - ID USO 6	90.940.466.983	90.063.588.602	98.885.346.936	98.937.691.544	47.192.700.579	26.302.443.470	25.699.305.972	51.744.990.965	47,70	26,58	52,30
NÃO ASPS - OCC - ID USO 0 (Incluido emendas e Dívida)	1.684.317.603	710.686.929	1.396.865.962	1.554.423.234	640.201.368	372.904.990	336.373.641	914.221.866	41,19	23,99	58,81
PESSOAL ATIVO - GERAL	9.665.560.658	10.794.189.716	10.272.963.897	10.272.963.897	8.761.448.501	2.925.445.049	2.913.264.275	1.511.515.396	85,29	28,48	14,71
PESSOAL ATIVO - ID USO 6	9.519.870.134	10.183.879.766	10.098.735.914	10.098.735.914	8.647.916.004	2.874.501.896	2.862.321.122	1.450.819.910	85,63	28,46	14,37
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => exceto ANS (Reserva de Contingência - FNS)	0	445.164.942	9.082.975	9.082.975	0	0	0	9.082.975	0,00	0,00	100,00
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => ANS	145.690.524	165.145.008	165.145.008	165.145.008	113.532.497	50.943.153	50.943.153	51.612.511	68,75	30,85	31,25
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA - ID USO 0	7.938.467.953	7.928.763.037	7.928.763.037	7.928.763.037	7.885.445.651	2.474.027.142	2.474.025.600	43.317.386	99,45	31,20	0,55
DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS) - ID USO 0	15.890.125	1.956.000	1.956.000	1.956.000	0	0	0	1.956.000	0,00	0,00	100,00
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL (ID USO 0 E 6)	92.624.784.586	90.774.275.531	100.282.212.898	100.492.114.778	47.832.901.947	26.675.348.460	26.035.679.613	52.659.212.831	47,60	26,54	52,40
EMENDAS PARLAMENTARES	2.196.109.163	0	10.095.859.990	10.119.367.546	2.748.462.185	2.665.450.952	2.630.265.728	7.370.905.361	27,16	26,34	72,84
UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	6.920.130	11.100.000	11.100.000	11.100.000	5.227.446	1.391.093	1.391.093	5.872.554	47,09	12,53	52,91
SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	32.531.275	22.858.415	22.858.415	22.858.415	4.747.582	1.887.178	1.886.158	18.110.833	21	8,26	79,23
MS - TOTAL GERAL	110.228.813.198	109.497.228.284	118.483.939.832	118.693.841.712	64.479.796.099	32.074.820.651	31.422.969.489	54.214.045.613	54,32	27,02	45,68

Fonte: TesouroGerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 1º Quadrimestre de 2016

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

Item Informação	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Fonte Recursos	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
00 RECURSOS ORDINARIOS	22.803.305.003,00	6.563.823.913,64	3.801.203.101,88	3.474.330.571,27
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	8.800.597,00	0,00	0,00	0,00
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	230.555,00	0,00	0,00	0,00
44 TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	1.956.000,00	0,00	0,00	0,00
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	141.280.036,00	32.300.278,91	27.087.847,54	26.658.409,54
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	26.539.010.678,00	20.254.471.985,28	6.742.386.957,42	6.676.375.726,27
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	55.726.051.656,00	31.956.535.660,80	19.155.592.281,69	18.908.985.886,77
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	894.738.526,00	890.785.438,70	740.982.490,07	740.982.490,07
63 ALIENACAO DE BENS/DIREITOS DO PATRIM.PUBLICO	838.120,00	0,00	0,00	0,00
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	1.498.577.776,00	1.498.577.776,00	517.171.195,27	517.171.195,27
74 TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	482.880.075,00	140.815.590,49	78.690.368,73	72.307.024,26
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	24.322.481,00	206.610,04	206.510,04	206.510,04
81 RECURSOS DE CONVENIOS	450.000,00	143.302,56	30.416,49	30.416,49
86 OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.570.600.209,00	434.440.573,43	380.319.534,42	380.047.187,71
88 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	6.000.000.000,00	2.707.694.968,89	631.149.947,88	625.874.071,08
95 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	118.693.841.712,00	64.479.796.098,74	32.074.820.651,43	31.422.969.488,77

Fonte: Tesouro Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 1º Quadrimestre de 2016

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016						
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A-B)
TOTAL GERAL	958.892.692	1.017.000.000	1.010.450.000	1.010.450.000	427.533.892	169.290.732	137.298.803	582.916.108
TOTAL - EMENDAS	99.947	0	3.190.000	3.190.000	0	0	0	3.190.000
10 - HOSPITAIS PRÓPRIOS, EXCLUSIVE EMENDAS, PESSOAL (ATIVO E INATIVO) E DÍVIDA	958.792.745	1.017.000.000	1.007.260.000	1.007.260.000	427.533.892	169.290.732	137.298.803	579.726.108
10.302.2015.15EG.3341	0	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0	0	2.000.000
10.302.2015.4324.0010	14.879.965	15.000.000	14.880.000	14.880.000	0	0	0	14.880.000
10.302.2015.6217.6506	166.247.508	182.000.000	180.400.000	180.400.000	70.184.117	27.921.111	23.577.763	110.215.883
10.302.2015.6217.6507	155.591.547	169.000.000	167.600.000	167.600.000	72.478.468	36.245.156	30.791.240	95.121.532
10.302.2015.6217.6508	68.349.035	72.000.000	71.400.000	71.400.000	28.038.217	14.535.693	12.864.818	43.361.783
10.302.2015.6217.6509	62.628.357	63.900.000	63.300.000	63.300.000	24.693.597	10.815.692	10.325.389	38.606.403
10.302.2015.6217.6510	99.978.345	106.000.000	104.800.000	104.800.000	40.926.068	10.343.842	8.095.437	63.873.932
10.302.2015.6217.6511	70.627.191	71.500.000	70.800.000	70.800.000	39.709.030	14.321.787	11.191.085	31.090.970
10.302.2015.8755.0033	99.099.898	105.600.000	104.080.000	104.080.000	41.154.269	20.112.874	14.166.353	62.925.731
10.302.2015	221.390.898	230.000.000	228.000.000	228.000.000	110.350.127	34.994.577	26.286.718	117.649.873

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A-B)	
.8759.0033	Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO No Estado do Rio de Janeiro								
45 - EMENDAS NOMINATIVAS	99.947	0	3.190.000	3.190.000	0	0	0	3.190.000	
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil Na Região Norte	99.947	0	1.170.000	1.170.000	0	0	0	1.170.000
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)	0	0	1.020.000	1.020.000	0	0	0	1.520.000
10.302.2015.6217.6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Jacarepaguá)	0	0	500.000	500.000	0	0	0	500.000
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia- INC No Estado do Rio de Janeiro	0	0	500.000	500.000	0	0	0	500.000

Fonte: TesouroGerencial;SPO/SE/MS

1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 1º Quadrimestre de 2016

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2015	ORÇAMENTO 2016 - LEI Nº 13.255 DE 14 DE JANEIRO DE 2016							
		PLOA 2016	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	
84 - ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	61.291.375	66.500.000	58.899.626	58.899.626	31.265.536	10.848.274	10.460.384	27.634.090	
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS Nacional	18.365.053	21.500.000	21.500.000	21.500.000	7.006.860	6.753.957	6.753.957	14.493.140
10.302.2015.6217.5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde No Município de Porto Alegre - RS	42.926.322	45.000.000	37.399.626	37.399.626	24.258.676	4.094.316	3.706.426	13.140.950

Fonte: Tesouro Gerencial;SPO/SE/MS

1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

UG Executora		Saldo Atual - R\$
250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	27.261,85
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	68.050,48
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	5.562.082,28
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	21.128,29
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	21.467,36
250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	30.021,06
250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	29.772,38
250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	68.484,54
250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	20.070,07
250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	67.783,27
250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	72.280,34
250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	122.442,35
250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	42.738,71
250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	172.769,96
250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	66.025,87
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	79.864,36
250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	125.046,23
250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	107.796,88
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	60.293,65
250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	114.423,78
250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	108.400,41
250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	404.831,56
250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	97.309,14
250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	1.352.763,08
250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	31.982,06
250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	78.215,44
250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	26.948,24
250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	212.677,09
250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	40.920,00
250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	130.839,92
250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	41.174,82
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	2.920,22
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO	41.821,37
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	441.404,87
250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	51.221,23
250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	1.082.948,13
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	794.940,70
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANÇAS	2.349.870.216,75
250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	44.518,72
250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	58.167,46
250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	102.422,50
250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	502.163,36
250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ	211,59
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	7.567.707,66
250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	843.161,43
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	1.433.243,76
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	854.383,45
253004	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SC	13.213,79
253005	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RS	10.234,46
253006	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PR	14.788,26
253007	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PE	46.383,73
253008	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MS	26.974,18
253009	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AP	10.646,36
253010	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PA	19.117,14
253011	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MG	76.151,00
253012	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RJ	105.910,90
253013	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-ES	3.837,04
253014	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-GO	13.631,30
253015	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-BA	47.891,98

253016	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RN	36.516,04
253017	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AM	31.449,39
253018	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-CE	11.227,83
253019	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AL	22.049,97
253020	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MA	3.742,39
253021	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PB	7.186,20
253022	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RR	6.416,68
253023	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SE	7.080,76
253024	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MT	9.084,92
253025	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-TO	3.245,70
253026	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RO	14.601,81
253027	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PI	12.054,34
253028	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SP	26.919,04
253029	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AC	17.998,34
253032	GERENCIA±GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	27.792.807,81
253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	22.333,39
253034	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - SAO PAULO	339.787,69
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	59.889.853,98
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	743.779,83
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	69.436,85
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	633.528,02
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	17.982.686,17
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	5.926.404,46
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	671.186,44
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	469.845,71
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA	12.077.284,47
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	424.182,04
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	173.243,18
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	232.447,87
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	8.691,53
254492	INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS	66.247,42
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	123.604.590,10
255001	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AC	63,80
255002	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AL	86.052,71
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	3.957,83
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	124.363,18
255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	5.774,40
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	51.385,36
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	862,00
255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	3.429,86
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	30.187,39
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	89.009,21
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	0,00
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	456.970,22
255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	6.597,67
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	528,23
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	12.253,39
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	25.124,43
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	52.381,35
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	46.394,20
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	41.923,05
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	112.298,55
255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	660,96
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	0,00
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	100.619,71
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	62.907,85
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	5.534,31
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	38.620,65
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	422.683.726,69
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	32.923,64
257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	96.541,31
257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	135.248,47
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	917.483,56
257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	206.543,32
257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	508.816,84
257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	1.008.423,41
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	36.168,39
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOEES	606.299,89
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	237.079,94

257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	879.740,06
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	385.189,64
257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOES	498.825,41
257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	92.130,45
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	54.246,31
257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	547.065,96
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	311.492,61
257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	59.079,08
257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	806.737,12
257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	806.052,90
257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	609.001,68
257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	1.479.551,05
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	1.824.397,32
257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	994.479,06
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	1.762.591,18
257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	663.876,47
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	67.945,80
257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	100.270,44
257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	198.546,73
257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	184.394,91
257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	833.417,26
257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	2.814.940,88
257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	284.131,30
257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	1.085.012,56
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	278.347,31
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	235.711,44
257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	1.565.576,48
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	491.396,89
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	35.245.876,27
TOTAL		3.107.811.189,52

Fonte: Tesouro Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2016)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		RESTOS A PAGAR						
		INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	BLOQUEADOS	SALDO A PAGAR		
						LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL
1	PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	PESSOAL ATIVO	54.414.933,79	143.789,62	1.044.283,10	0,00	877.505,66	52.349.355,41	53.226.861,07
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	2.524.834,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.834,97	2.524.834,97
4	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		56.939.768,76	143.789,62	1.044.283,10	0,00	877.505,66	54.874.190,38	55.751.696,04
5	FNS	12.606.300.568,02	91.659.647,36	4.460.184.997,89	0,00	802.400.811,63	7.252.037.214,48	8.054.438.026,11
6	ANVISA	40.604.087,71	112.945,00	17.071.215,59	0,00	116.419,47	23.219.023,36	23.335.442,83
7	FUNASA	2.790.268.750,99	62.419.407,58	297.838.443,76	0,00	340.178.153,39	2.089.832.746,26	2.430.010.899,65
8	FIOCRUZ	303.251.729,33	1.469.239,79	88.876.128,69	0,00	73.142.831,17	139.763.529,68	212.906.360,85
9	ANSS	16.225.493,98	1.163.322,30	10.792.917,21	0,00	24.651,96	4.244.602,51	4.269.254,47
10	GHC	35.618.161,83	3.259,50	18.427.646,73	0,00	2.120.734,65	15.066.520,95	17.187.255,60
SUBTOTAL		15.792.268.791,86	156.827.821,53	4.893.191.349,87	0,00	1.217.983.602,27	9.524.163.637,24	10.742.147.239,51
MS - TOTAL GERAL		15.849.208.560,62	156.971.611,15	4.894.235.632,97	0,00	1.218.861.107,93	9.579.037.827,62	10.797.898.935,55

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 1º Quadrimestre de 2016

Fundo Nacional Saúde - FNS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada				Receita Projetada	
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	150	92.204	125.000		125.000	5.080	10.420	7.630	7.630	10.417	10.417
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	12.319.925	7.123.820		7.123.820	1.417.029	1.538.869	1.394.748	1.309.729	593.652	593.652
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	150	9.320	6.921		6.921	216	36	88	110	577	577
1610.02.11	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	333.080	0		0						
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	150	2.607.743	2.667.930		2.667.930	0	0	63.538	66.787	222.328	222.328
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	150	192.913	0		0	173.003	107.974	193.454	188.413		
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	1.151.664	678.073		678.073	40.753	163.060	19.421	173.105	56.506	56.506
1922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150	1.517.735	0		0	-3.114	-40.325	67.179	-43.514		
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	71.396.016	83.408.909		83.408.909	2.804.028	2.434.225	4.813.351	3.821.411	6.950.742	6.950.742
1922.99.12	OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS	150		0		0	60.648	17.016	91.595	83.390		
1923.01.11	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	355.605.019	456.021.785		456.021.785	10.802.437	6.237.900	0	25.925.919	38.001.815	38.001.815
1990.08.11	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS	186	3.805.116.058	4.114.578.424		4.114.578.424	690.091.077	383.280.904	420.090.331	370.084.643	360.000.000	320.000.000

RECEITA			Arrecadado 2015	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada				Receita Projetada	
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT											
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	150	5.603.951	0		0						
1990.99.13	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	547.453	700.166		700.166	213.363	53.128	54.781	62.497	58.347	58.347
1990.99.14	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150	505.485	607.648		607.648	150.176	44.458	44.412	46.422	50.637	50.637
7922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	786.168	0		0	19.640	8.396	64.921	3.766.002		
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	150	27.011	0		0	2.231	2.453	7.053	7.053		
Total			4.257.811.745	4.665.918.676	0	4.665.918.676	705.776.567	393.858.514	426.912.502	405.499.597	405.945.021	365.945.021

RECEITA			Receita Projetada						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado ABR	Projeção Jan/Dez	
1310.01.11	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	150	10.417	10.417	10.417	10.417	10.417	10.413	30.760	114.092	-10.908
1321.00.11	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	593.652	593.652	593.652	593.652	593.652	593.648	5.660.375	10.409.587	3.285.767
1610.01.11	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	150	577	577	577	577	577	574	450	5.063	-1.858
1610.02.11	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150							0	0	0
1630.01.11	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE	150	222.328	222.328	222.328	222.328	222.328	222.322	130.325	1.908.943	-758.987
1910.01.11	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	150							662.844	662.844	662.844
1910.09.11	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	56.506	56.506	56.506	56.506	56.506	56.507	396.339	848.388	170.315
1922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150							-19.774	-19.774	-19.774
1922.99.11	OUTRAS RESTITUIÇÕES -	150	6.950.742	6.950.742	6.950.742	6.950.742	6.950.742	6.950.747	13.873.015	69.478.956	-13.929.953
1922.99.12	OUTRAS RESTITUIÇÕES - MULTAS E JUROS	150							252.649	252.649	252.649
1923.01.11	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	38.001.815	38.001.815	38.001.815	38.001.815	38.001.815	38.001.820	42.966.256	346.980.781	-109.041.004
1990.08.11	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE	186	330.000.000	290.000.000	265.000.000	220.000.000	180.000.000	225.000.000	1.863.546.955	4.053.546.955	-61.031.469

RECEITA			Receita Projetada						Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado ABR	Projeção Jan/Dez	
	DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT										
1990.99.12	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	150							0	0	0
1990.99.13	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	58.347	58.347	58.347	58.347	58.347	58.349	383.769	850.547	150.381
1990.99.14	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150	50.637	50.637	50.637	50.637	50.637	50.641	285.468	690.568	82.920
7922.01.11	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150							3.858.959	3.858.959	3.858.959
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	150							18.790	18.790	18.790
Total			375.945.021	335.945.021	310.945.021	265.945.021	225.945.021	270.945.021	1.932.047.180	4.489.607.348	-176.311.328

Fonte: Siafi Gerencial;CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Receita Própria em todas as unidades orçamentárias MS

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 13.255, de 13.01.2016			Receita Arrecadada				TOTAL	Projeção	Excesso ou Frustração
	L O A	CRÉDITO	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Acumulado		
36901 - FUNDO	4.665.918.676	0	4.665.918.676	705.776.567	393.858.514	426.912.502	405.499.597	1.932.047.180	4.489.607.348	-176.311.328
150	88.194.647		88.194.647	3.466.024	2.800.841	5.427.423	8.179.306	19.873.594	78.670.025	-9.524.622
180	7.123.820		7.123.820	1.417.029	1.538.869	1.394.748	1.309.729	5.660.375	10.409.587	3.285.767
186	4.570.600.209		4.570.600.209	700.893.514	389.518.804	420.090.331	396.010.562	1.906.513.211	4.400.527.736	-170.072.473
36211 - FUNASA	1.015.781	0	1.015.781	107.820	151.054	89.820	68.775	417.469	1.051.427	35.646
250	150.599		150.599	22.778	20.211	32.314	18.073	93.376	193.775	43.176
263	808.843		808.843	83.601	0	0	0	83.601	579.601	-229.242
280	56.339		56.339	1.441	130.843	57.506	50.702	240.492	278.051	221.712
36201 - FIOCRUZ	48.665.841	0	48.665.841	3.476.487	3.242.755	3.695.046	3.456.013	13.870.301	45.895.680	-2.770.161
250	46.468.187		46.468.187	3.359.386	3.118.087	3.513.860	3.269.232	13.260.565	43.820.842	-2.647.345
263	29.277		29.277	1.000	0	0	0	1.000	20.517	-8.760
280	1.718.377		1.718.377	116.101	124.668	181.186	186.781	608.736	1.754.321	35.944
281	450.000		450.000	0	0	0	0	0	300.000	-150.000
36212 - ANVISA	298.621.099	0	298.621.099	64.070.895	52.454.434	55.481.332	42.272.351	214.279.012	544.262.633	245.641.534
174	286.544.159		286.544.159	63.299.980	51.572.465	54.668.366	41.508.846	211.049.657	534.593.517	248.049.358
250	59.637		59.637	3.942	4.390	6.586	2.425	17.343	57.104	-2.533
280	12.017.303		12.017.303	766.973	877.579	806.380	761.080	3.212.012	9.612.012	-2.405.291
36213 - ANS	199.873.398	0	199.873.398	11.103.122	21.409.091	68.003.387	21.570.279	122.085.879	288.279.775	88.406.377
174	196.335.916		196.335.916	12.369.400	21.187.978	68.079.078	20.952.597	122.589.053	286.424.623	90.088.707
250	2.196.025		2.196.025	-1.504.226	-141.957	-493.696	162.408	-1.977.471	-513.458	-2.709.483
280	1.341.457		1.341.457	237.948	363.070	418.005	455.274	1.474.297	2.368.610	1.027.153
36210 - HNSC	6.276.126	0	6.276.126	1.281.098	257.207	305.761	275.097	2.119.163	6.357.912	81.786
250	4.210.941		4.210.941	1.076.112	34.399	106.364	88.756	1.305.631	4.167.591	-43.350
280	2.065.185		2.065.185	204.986	222.808	199.397	186.341	813.532	2.190.321	125.136
TOTAL GERAL	5.220.370.921	0	5.220.370.921	785.815.989	471.373.055	554.487.848	473.142.112	2.284.819.004	5.375.454.775	155.083.854

Fonte: Siafi Gerencial; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro

2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

R\$ 1,00

UF	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	27.444.799,23		65.756.901,69		5.833.636,45	
	641.679,52	26.803.119,71	64.501.267,23	1.255.634,46	1.343.654,59	4.489.981,86
AM	102.669.652,29		176.621.881,13		27.341.742,01	
	936.000,00	101.733.652,29	152.716.364,39	23.905.516,74	5.763.566,38	21.578.175,63
AP	20.376.472,96		38.765.591,15		6.282.080,21	
	45.360,00	20.331.112,96	23.048.017,47	15.717.573,68	1.318.042,04	4.964.038,17
PA	214.009.265,36		338.723.104,92		52.541.024,94	
	694.495,18	213.314.770,18	56.554.025,10	282.169.079,82	6.360.668,28	46.180.356,66
RO	44.635.474,08		108.268.091,32		11.652.743,48	
	457.360,00	44.178.114,08	60.897.060,72	47.371.030,60	2.201.776,38	9.450.967,10
RR	13.234.477,24		33.015.768,19		4.877.060,46	
	22.680,00	13.211.797,24	23.418.598,68	9.597.169,51	963.588,54	3.913.471,92
TO	66.941.480,94		200.949.614,14		10.598.668,47	
	127.816,38	66.813.664,56	31.230.981,73	169.718.632,41	2.448.155,54	8.150.512,93
Norte	489.311.622,10		962.100.952,54		119.126.956,02	
	2.925.391	486.386.231	412.366.315	549.734.637	20.399.452	98.727.504
AL	120.720.836,13		238.421.983,12		16.756.952,66	
	22.680,00	120.698.156,13	64.191.082,91	174.230.900,21	3.326.910,77	13.430.041,89
BA	474.273.367,20		892.331.969,99		73.330.948,27	
	1.625.670,00	472.647.697,20	398.930.872,31	493.401.097,68	12.676.921,59	60.654.026,68
CE	294.399.092,11		590.762.927,40		44.144.608,24	
	181.440,00	294.217.652,11	130.090.270,11	460.672.657,29	7.143.732,15	37.000.876,09
MA	262.208.495,69		305.551.800,27		42.687.996,77	
	1.416.225,66	260.792.270,03	92.622.613,73	212.929.186,54	8.027.728,95	34.660.267,82
PB	185.852.814,54		233.704.440,26		20.078.620,46	
	158.760,00	185.694.054,54	21.098.242,60	212.606.197,66	5.173.712,11	14.904.908,35
PE	308.067.771,57		707.468.201,41		44.788.948,06	
	5.706.233,46	302.361.538,11	338.635.516,88	368.832.684,53	10.420.560,14	34.368.387,92
PI	164.972.251,22		110.678.755,11		15.562.032,34	
	660.000,00	164.312.251,22	78.993.292,45	31.685.462,66	2.983.488,49	12.578.543,85
RN	138.971.961,36		190.834.046,27		17.096.859,13	
	262.000,00	138.709.961,36	71.295.377,27	119.538.669,00	3.139.973,89	13.956.885,24
SE	78.193.351,38		143.684.405,89		11.124.262,00	
	45.360,00	78.147.991,38	43.228.688,08	100.455.717,81	2.524.184,40	8.600.077,60
Nordeste	2.027.659.941,20		3.413.438.529,72		285.571.227,93	
	10.078.369	2.017.581.572	1.239.085.956	2.174.352.573	55.417.212	230.154.015
ES	89.465.598,67		820.434.566,26		18.481.035,43	
	249.480,00	89.216.118,67	329.988.999,54	490.445.566,72	3.762.898,06	14.718.137,37
MG	665.360.974,72		1.334.399.001,33		98.431.324,59	
	498.960,00	664.862.014,72	319.928.545,56	1.014.470.455,77	17.212.816,06	81.218.508,53
RJ	331.925.492,02		1.210.731.310,29		73.160.840,36	
	0,00	331.925.492,02	232.563.709,76	978.167.600,53	10.646.674,83	62.514.165,53
SP	751.594.387,56		3.113.465.479,44		168.717.852,62	
	1.411.660,00	750.182.727,56	1.382.129.675,41	1.731.335.804,03	57.611.912,05	111.105.940,57
Sudeste	1.838.346.452,97		6.479.030.357,32		358.791.053,00	
	2.160.100	1.836.186.353	2.264.610.930	4.214.419.427	89.234.301	269.556.752
PR	287.027.015,65		790.037.594,06		38.710.663,37	
	34.020,00	286.992.995,65	268.390.724,95	521.646.869,11	7.433.603,85	31.277.059,52
RS	233.203.839,22		245.652.683,77		35.305.643,00	
	7.560,00	233.196.279,22	177.746.038,33	67.906.645,44	7.065.857,60	28.239.785,40
SC	214.992.004,20		475.460.313,23		21.195.849,39	
	11.340,00	214.980.664,20	145.361.780,58	330.098.532,65	3.996.552,81	17.199.296,58
Sul	735.222.859,07		1.511.150.591,06		95.212.155,76	
	52.920,00	735.169.939,07	591.498.543,86	919.652.047,20	18.496.014,26	76.716.141,50
DF	37.834.990,72		162.317.327,58		8.894.514,28	
	37.834.990,72	0,00	162.317.327,58	0,00	8.894.514,28	0,00
GO	172.867.523,72		410.161.356,78		32.104.391,20	
	153.090,00	172.714.433,72	13.773.035,24	396.388.321,54	4.598.042,92	27.506.348,28
MS	81.095.754,04		226.138.271,26		13.309.400,45	
	0,00	81.095.754,04	57.246.984,49	168.891.286,77	2.776.553,38	10.532.847,07
MT	96.827.457,23		208.999.690,31		18.759.646,92	

	96.390,00	96.731.067,23	70.521.595,88	138.478.094,43	4.007.031,89	14.752.615,03
Centro-Oeste	388.625.725,71		1.007.616.645,93		73.067.952,85	
	38.084.470,72	350.541.254,99	303.858.943,19	703.757.702,74	20.276.142,47	52.791.810,38
Brasil	5.479.166.601,05		13.373.337.076,57		931.769.345,56	
	53.301.250,92	5.425.865.350,13	4.811.420.688,98	8.561.916.387,59	203.823.121,97	727.946.223,59

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO SUS		INVESTIMENTO	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	1.510.379,99		496.960,00		10.858.114,00	
	114.767,43	1.395.612,56	288.160,00	208.800,00	0,00	10.858.114,00
AM	9.169.576,82		0,00		2.728.161,66	
	3.107.791,94	6.061.784,88	0,00	0,00	1.589.670,00	1.138.491,66
AP	1.321.189,78		0,00		12.367.433,00	
	93.827,50	1.227.362,28	0,00	0,00	9.550.323,00	2.817.110,00
PA	19.510.437,21		0,00		13.874.255,00	
	2.952.935,65	16.557.501,56	0,00	0,00	366.000,00	13.508.255,00
RO	3.845.468,62		0,00		7.956.051,68	
	931.414,14	2.914.054,48	0,00	135.311,18	0,00	7.956.051,68
RR	981.817,79		0,00		13.247.670,00	
	121.196,83	860.620,96	0,00	0,00	748.500,00	12.499.170,00
TO	3.625.891,60		0,00		7.478.335,75	
	704.673,20	2.921.218,40	0,00	0,00	0,00	7.478.335,75
Norte	39.964.761,81		632.271,18		68.510.021,09	
	8.026.607	31.938.155	288.160	344.111	12.254.493	56.255.528
AL	9.732.617,33		0,00		20.959.199,08	
	3.455.673,13	6.276.944,20	0,00	0,00	0,00	20.959.199,08
BA	32.601.988,52		1.033.121,96		38.103.479,68	
	8.243.947,60	24.358.040,92	638.550,00	394.571,96	4.646.570,00	33.456.909,68
CE	22.615.055,41		493.692,00		27.371.440,49	
	15.903.886,21	6.711.169,20	0,00	493.692,00	0,00	27.371.440,49
MA	15.212.925,10		70.000,00		24.249.183,57	
	2.292.390,66	12.920.534,44	0,00	70.000,00	800.000,00	23.449.183,57
PB	11.662.740,11		665.422,00		23.622.147,41	
	3.533.227,67	8.129.512,44	484.650,00	180.772,00	3.755.500,00	19.866.647,41
PE	20.936.697,89		127.097,50		4.860.938,00	
	4.400.841,41	16.535.856,48	0,00	127.097,50	0,00	4.860.938,00
PI	7.639.143,03		667.226,90		14.179.907,84	
	1.967.139,79	5.672.003,24	434.886,27	232.340,63	0,00	14.179.907,84
RN	8.119.567,87		170.000,00		38.812.548,64	
	1.974.745,43	6.144.822,44	0,00	170.000,00	0,00	38.812.548,64
SE	6.952.563,79		0,00		8.889.389,34	
	2.983.209,63	3.969.354,16	0,00	0,00	0,00	8.889.389,34
Nordeste	135.473.299,05		3.226.560,36		201.048.234,05	
	44.755.062	90.718.238	1.558.086	1.668.474	9.202.070	191.846.164
ES	14.752.302,55		1.528.755,66		7.325.718,34	
	8.208.517,11	6.543.785,44	20.000,00	1.508.755,66	0,00	7.325.718,34
MG	63.523.854,41		2.808.900,00		9.883.403,00	
	42.729.967,93	20.793.886,48	2.357.000,00	451.900,00	400.000,00	9.483.403,00
RJ	42.095.851,23		319.200,00		26.260.384,56	
	12.334.550,83	29.761.300,40	0,00	319.200,00	0,00	26.260.384,56
SP	188.482.050,91		580.500,00		10.270.976,10	
	121.283.125,51	67.198.925,40	0,00	580.500,00	0,00	10.270.976,10
Sudeste	308.854.059,10		5.237.355,66		53.740.482,00	
	184.556.161	124.297.898	2.377.000	2.860.356	400.000	53.340.482
PR	36.808.282,14		322.600,00		18.562.040,66	
	30.262.833,86	6.545.448,28	0,00	322.600,00	0,00	18.562.040,66
RS	27.294.129,31		0,00		66.924.716,10	
	6.475.320,99	20.818.808,32	0,00	0,00	1.265.000,00	65.659.716,10
SC	24.224.364,46		1.275.900,00		28.365.646,58	
	12.608.214,86	11.616.149,60	800.000,00	475.900,00	4.795.111,00	23.570.535,58
Sul	88.326.775,91		1.598.500,00		113.852.403,34	
	49.346.369,71	38.980.406,20	800.000,00	798.500,00	6.060.111,00	107.792.292,34
DF	8.547.494,53		83.700,00		1.660.000,00	
	8.547.494,53	0,00	83.700,00	0,00	1.660.000,00	0,00
GO	21.781.449,51		123.600,00		11.491.202,14	
	9.995.395,27	11.786.054,24	0,00	123.600,00	85.000,00	11.406.202,14
MS	8.526.075,10		199.999,71		16.399.123,00	
	3.878.962,70	4.647.112,40	0,00	199.999,71	0,00	16.399.123,00
MT	6.878.771,10		224.800,54		18.196.059,00	

	1.263.814,78	5.614.956,32	0,00	224.800,54	5.539.905,00	12.656.154,00
Centro-Oeste	45.733.790,24		632.100,25		47.746.384,14	
	23.685.667,28	22.048.122,96	83.700,00	548.400,25	7.284.905,00	40.461.479,14
Brasil	618.352.686,11		11.326.787,45		484.897.524,62	
	310.369.866,59	307.982.819,52	5.106.946,27	6.219.841,18	35.201.579,00	449.695.945,62

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS

2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: Dezembro Encerrado (15.02.2016)

R\$ 1,00

Item Informação		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Modalidade Aplicação		Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	2.713.641.941,67	34.391.455,30	6.724.537,15	4.972.537,15
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	4.235.019.431,97	50.876.969,66	20.757.943,92	19.048.823,28
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR		6.948.661.373,64	85.268.424,96	27.482.481,07	24.021.360,43
31	TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO	15.414.256.213,17	8.856.813.558,96	5.300.997.406,20	5.292.260.784,76
41	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	44.940.830.375,77	22.617.316.026,96	14.602.782.299,35	14.555.491.424,77
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO		60.355.086.588,94	31.474.129.585,92	19.903.779.705,55	19.847.752.209,53
TOTAL GERAL		67.303.747.962,58	31.559.398.010,88	19.931.262.186,62	19.871.773.569,96

Fonte: Tesouro Gerencial;SPO/SE/MS

2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	100.125,92	113.392.559,47	0,00	39.735.696,51	153.228.381,90
AL	ALAGOAS	0,00	116.898.254,70	6.752.713,25	473.164.317,02	596.815.284,97
AM	AMAZONAS	876.027,69	228.772.192,15	0,00	193.451.998,95	423.100.218,79
AP	AMAPA	0,00	44.681.925,94	0,00	61.293.605,02	105.975.530,96
BA	BAHIA	287.791,67	733.164.499,64	0,00	1.471.787.755,02	2.205.240.046,33
CE	CEARA	0,00	248.280.189,48	1.643.306,74	1.217.277.097,92	1.467.200.594,14
DF	DISTRITO FEDERAL	0,00	351.441.712,03	0,00	0,00	351.441.712,03
ES	ESPIRITO SANTO	0,00	312.915.637,08	0,00	256.900.746,23	569.816.383,31
GO	GOIAS	0,00	39.641.383,66	3.373.860,20	938.904.236,23	981.919.480,09
MA	MARANHAO	0,00	165.626.117,06	8.918.303,26	692.346.027,81	866.890.448,13
MG	MINAS GERAIS	1.468.291,87	582.963.588,76	11.668.513,18	2.722.133.808,41	3.318.234.202,22
MS	MATO GROSSO DO SUL	0,00	55.337.284,15	156.750,00	408.948.678,95	464.442.713,10
MT	MATO GROSSO	0,00	124.131.242,16	0,00	388.298.571,53	512.429.813,69
PA	PARA	0,00	116.896.749,75	1.689.192,36	730.673.508,69	849.259.450,80
PB	PARAIBA	11.704.990,35	41.203.212,16	1.005.767,59	612.891.360,05	666.805.330,15
PE	PERNAMBUCO	3.102.000,00	581.262.916,31	250.000,00	1.082.758.226,36	1.667.373.142,67
PI	PIAUI	0,00	118.160.774,34	5.849.017,41	523.745.692,74	647.755.484,49
PR	PARANA	0,00	611.862.459,55	0,00	1.232.737.555,78	1.844.600.015,33
RJ	RIO DE JANEIRO	3.400.000,00	400.969.627,55	1.123.253,03	2.179.020.086,80	2.584.512.967,38
RN	RIO GRANDE DO NORTE	130.000,00	118.466.524,42	790.411,72	413.261.798,29	532.648.734,43
RO	RONDONIA	2.601.420,00	113.214.002,94	0,00	152.174.692,79	267.990.115,73
RR	RORAIMA	0,00	42.082.616,93	545.016,27	36.413.839,59	79.041.472,79
RS	RIO GRANDE DO SUL	5.942.864,00	455.020.105,61	1.608.710,76	1.267.978.843,55	1.730.550.523,92
SC	SANTA CATARINA	0,00	254.380.562,87	1.310.363,60	886.988.639,12	1.142.679.565,59
SE	SERGIPE	160.000,00	78.963.458,02	2.181.613,16	289.879.938,96	371.185.010,14
SP	SAO PAULO	4.617.943,80	2.660.232.904,97	2.010.177,13	4.197.802.410,87	6.864.663.436,77
TO	TOCANTINS	0,00	146.851.057,26	0,00	146.746.893,77	293.597.951,03
Total:		34.391.455,30	8.856.813.558,96	50.876.969,66	22.617.316.026,96	31.559.398.010,88

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

POSIÇÃO: ABRIL FECHADO (20.05.2016)

Em R\$1,00

UF Beneficiada		30	31	40	41	TOTAL
AC	ACRE	100.125,92	65.970.258,67	0,00	31.025.690,66	97.096.075,25
AL	ALAGOAS	0,00	71.839.933,54	1.039.731,96	308.471.992,85	381.351.658,35
AM	AMAZONAS	876.027,69	159.698.225,60	0,00	141.460.704,42	302.034.957,71
AP	AMAPA	0,00	23.939.529,56	0,00	43.737.894,55	67.677.424,11
BA	BAHIA	287.791,67	415.230.630,41	0,00	1.002.004.871,44	1.417.523.293,52
CE	CEARA	0,00	151.319.217,84	0,00	778.795.831,43	930.115.049,27
DF	DISTRITO FEDERAL	0,00	213.474.423,68	0,00	0,00	213.474.423,68
ES	ESPIRITO SANTO	0,00	187.884.093,22	0,00	168.656.084,48	356.540.177,70
GO	GOIAS	0,00	26.062.792,14	935.000,00	609.830.682,40	636.828.474,54
MA	MARANHAO	0,00	103.144.108,11	4.543.226,07	505.426.540,22	613.113.874,40
MG	MINAS GERAIS	1.468.291,87	370.906.898,09	5.809.587,09	1.727.561.323,97	2.105.746.101,02
MS	MATO GROSSO DO SUL	0,00	36.797.868,41	156.750,00	257.069.177,09	294.023.795,50
MT	MATO GROSSO	0,00	73.716.138,85	0,00	248.165.551,98	321.881.690,83
PA	PARA	0,00	62.729.504,27	1.444.192,36	535.681.751,07	599.855.447,70
PB	PARAIBA	0,00	27.267.108,68	0,00	411.885.886,43	439.152.995,11
PE	PERNAMBUCO	2.752.000,00	355.916.986,29	0,00	701.124.759,00	1.059.793.745,29
PI	PIAUI	0,00	62.006.645,55	3.909.505,65	343.418.174,54	409.334.325,74
PR	PARANA	0,00	364.328.214,46	0,00	786.188.778,66	1.150.516.993,12
RJ	RIO DE JANEIRO	0,00	247.362.224,56	0,00	1.337.836.393,65	1.585.198.618,21
RN	RIO GRANDE DO NORTE	130.000,00	73.852.421,30	790.411,72	276.340.553,08	351.113.386,10
RO	RONDONIA	1.110.300,00	63.002.162,43	0,00	99.377.569,01	163.490.031,44
RR	RORAIMA	0,00	23.885.205,92	0,00	25.494.101,67	49.379.307,59
RS	RIO GRANDE DO SUL	0,00	279.094.152,43	0,00	788.833.697,98	1.067.927.850,41
SC	SANTA CATARINA	0,00	160.256.619,33	0,00	566.726.007,00	726.982.626,33
SE	SERGIPE	0,00	47.342.775,74	2.129.539,07	189.304.191,90	238.776.506,71
SP	SAO PAULO	0,00	1.553.721.219,84	0,00	2.609.026.103,37	4.162.747.323,21
TO	TOCANTINS	0,00	80.248.047,28	0,00	109.337.986,50	189.586.033,78
Total:		6.724.537,15	5.300.997.406,20	20.757.943,92	14.602.782.299,35	19.931.262.186,62

Fonte: Tesouro Gerencial; SPO/SE/MS

3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC

Produção Assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – 1º Quadrimestre de 2016.

Período: Janeiro a Abril de 2016.

PROCEDIMENTOS	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ CNES: 2269384	MS HOSPITAL DE IPANEMA CNES: 2269775	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO CNES: 2269880	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO CNES: 2269988	MS HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES CNES: 2295423	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA CNES: 2273659
Internação	1.941	1.362	2.766	1.919	1.160	1.542
Consultas	17.067	18.112	49.104	54.260	13.826	33.068
Cirurgia	2.539	1.500	1.653	2.258	573	1.147
Partos	-	-	405	74	-	-
Exames Ambulatoriais	1.721	83.081	340.240	215.804	57.879	85.079
Outros Proced. Ambulatoriais	145	3.196	5.288	2.070	4.355	78

Período: Janeiro a Abril de 2016

PROCEDIMENTOS	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC CNES: 2237571; 2265052; 2265060; 2265079; 2265087; 2265095; 2265109; 2265125; 2265133; 2265141; 2265168; 2265176; 2265184; 2265192; 2265206; 7114893.	INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA CNES: 2273276	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA CNES: 2280132	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA CNES: 2269821, 2273284, 2273454, 2273462 e 2273470
Internação	19.128	2.344	685	3.498
Consulta	468.282	478	799	75.819
Cirurgia	10.294	4.688	498	6.363
Partos	2.916	-	-	-
Exames Ambulatoriais	833.860	125	-	285.028
Outros Procedimentos Ambulatoriais	252.566	2.831	481	67.886

Consolidado por: NGI/CGA/DGH-RJ/SAS/MS

(-) Quantitativo não informado pela unidade.

Legenda:

- **Internação** - Produção SIH
- **Consultas** - Subgrupo 0301 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - SIA
- **Cirurgia** - Grupo 04 - Procedimentos Cirúrgicos - SIA e SIH
- **PARTO** - Normal - SIH
 - 03.10.01.003-9 - PARTO NORMAL
 - 03.10.01.004-7 - PARTO NORMAL EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 03.10.01.005-5 - PARTO NORMAL EM CENTRO DE PARTO NORMAL (CPN) Cesária - SIH
 - 04.11.01.002-6 - PARTO CESARIANO EM GESTACAO DE ALTO RISCO
 - 04.11.01.003-4 - PARTO CESARIANO
 - 04.11.01.004-2 - PARTO CESARIANO C/ LAQUEADURA TUBARIA

- **Exames Ambulatoriais** - Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - SIA
- **Outros Procedimentos Ambulatoriais** - atendimentos Ambulatoriais menos os itens Consultas e Exames Ambulatoriais.

4. Indicadores (Resultado Cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2016	Índice Apurado 2016			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Cobertura de municípios no Programa Farmácia Popular do Brasil, Aqui Tem Farmácia Popular	Número de novos municípios do Brasil Sem Miséria (BSM) com ao menos uma farmácia ou drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil/Número total de municípios que fazem parte do Programa Farmácia Popular do Brasil x 100	percentual	79	80,5			DAF/ SCTIE	
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	802	265			SINAN (SVS)	
Percentual de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticado por meio do teste rápido molecular para tuberculose (TRM-TB)	Casos novos pulmonares confirmados por TRM-TB/Casos novos pulmonares x 100	percentual	20	20,8			SI-PNI/ API/ Sinasc (SVS)	
Número absoluto de casos de malária	Somatório do número de exames positivos de malária (códigos B50 a B54 da CID-10) por local provável de infecção, excluídas LVC.	Unidade	131.000	37.654			Sivep- Malária (SVS)	
Número de Unidades da Federação com pelo menos 90% de óbitos maternos investigados	Número de UF com 90% ou mais no índice "total de óbitos maternos investigados / total de óbitos de maternos x 100	unidade	21	7			SIM (SVS)	
Percentual de municípios com dados de monitoramento da qualidade da água para consumo humano realizado pelo setor saúde	Número de municípios que possuem dados relacionados à vigilância da qualidade da água inseridas no Sisagua, dividido pelo número de municípios brasileiros, multiplicado por 100	unidade	83,63	53,86			Sisagua (SVS)	

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2016	Índice Apurado 2016			Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre		
Número de testes de sífilis realizados em gestantes	Número de testes de sífilis realizados em gestantes	unidade	2.140.000	509.890				Até março de 2016
Número de pessoas vivendo com HIV/aids em tratamento	Número de pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA) em terapia antirretroviral (TARV)	unidade	485	474			SVS	
Percentual de Bancos de Leite Humanos (BLHs) no Brasil credenciados	Número de BLHs credenciados no período / Número de BLHs monitorados no país no mesmo período*100	percentual	65	Sem apuração			Fiocruz	Este é um indicador cuja apuração neste primeiro quadrimestre ainda não foi realizada em virtude de o credenciamento ser um processo um pouco mais demorado inicialmente.
Cobertura de Equipe Saúde da Família	Número de equipes de saúde da família (SCNES) x 3.450 / População estimada IBGE no ano anterior	percentual	77,31	63,83 (mar/16)			DAB/SAS	
Cobertura de equipe de Saúde Bucal	Número de equipes de saúde bucal (SCNES) x 3.450 / População estimada IBGE no ano anterior	percentual	46,61	43,51 (mar/16)			DAB/SAS	
Proporção de estados com suficiência de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) ¹	Número de estados com suficiência de leitos*100/27 estados.	percentual	20	0			SAS	Não houve leitos de UTI Neonatal habilitados ao SUS
Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal.	Número de procedimentos registrados de Triagem Auditiva Neonatal em nascidos vivos subtraindo 6% desse total/ Número de nascidos vivos subtraindo 25% dessa população. (x 100).	percentual	31,50	31,8			SAS	

¹ Método de Cálculo da Necessidade de Leitos: 75% nascidos vivos SINASC por estado (o último SINASC fechado) * 1000 / 2 leitos.

5. Resultados das Metas da PAS por Objetivo – 1º Quadrimestre/2016

Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Uma das prioridades na implementação desse objetivo será a ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, especial ênfase será dada ao Sistema Nacional de Transplantes de Órgãos/Tecidos visando aumentar o quantitativo de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos/ tecidos realizados, bem como sensibilizar a sociedade brasileira para a doação efetiva de órgãos.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.	Número de ESF implantada	43.465	40.155	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
2. Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF para 7.000.	Número de equipes implantadas	5.495	4.317	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (PO 007)
3. Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para 29 mil equipes de saúde bucal implantadas.	Número de ESB implantada	26.205	24.462	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
4. Implantar 684 novas equipes de atenção domiciliar, sendo 432 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 252 novas Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).	Número de Equipes de Atenção Domiciliar implantada	0	7 EMAD e 0 EMAP, totalizando 602 EMAD e 323 EMAP	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 000G)

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.	Número de equipes habilitadas	421	295	2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
6. Alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica – PROVAB.	Médico alocado	18.247	17.095	2015. 214U - Implementação do Programa Mais Médicos
7. Avaliar e certificar a qualidade de 40 mil equipes de atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).	Número de equipes de Atenção Básica avaliadas e certificadas	35.000	0	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
8. Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde	Percentual de famílias acompanhadas	73	24,5	Não se aplica
9. Aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE).	Número de educandos coberto pelo PSE	18.912.000	0	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
10. Ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País.	Número de leitos habilitados	1.369	53	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0003)
11. Aumentar em 4% ao ano o Índice de Transplantes de Órgãos Sólidos por milhão da população (pmp), passando de 37,95 pmp para 46,18 pmp.	Índice de transplantes de órgão sólido realizado por milhão de população	41,05	9,30	2015.20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
12. Aumentar em 4% ao ano o Índice de Doadores Efetivos de Órgãos por milhão da população (pmp), passando de 13,36 pmp para 16,25 pmp.	Índice de Doadores Efetivos de órgãos por milhão da população (pmp) atingido.	14,45	3,5	2015.20SP - Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
13. Disponibilizar teste de ácido nucléico - NAT brasileiro para HIV / HCV / HBV para 100% das doações de sangue realizadas no âmbito do SUS.	Percentual de bolsa de sangue testada	100	39	2015.6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
14. Aumentar de 20 para 160 as Centrais de Regulação que recebem incentivo federal de custeio para a melhoria do acesso aos serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.	Número de Centrais de Regulação qualificadas em urgência e emergência	40	31	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
15. Custear a conectividade de banda larga de 25 mil Unidades Básicas de Saúde.	UBS com conectividade custeada	12.000	7.711	2015.8585 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
16. Garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.	UBS com prontuário eletrônico em uso	9.500	8.386	2015.8573 – Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
17. Implementar brinquedotecas em todos os hospitais federais que realizem atendimento pediátrico em regime de internação, em cumprimento da lei nº 11.104/2008	Brinquedoteca implementada	Não se aplica	-	Não se aplica
18. Apoiar a construção, reforma e ampliação de mais 16.000 obras do Programa de Requalificação de UBS – RequalificaUBS.	Número de UBS habilitada	3.470	68	2015. 12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS 2015. 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo (PO 0003)
19. Implantar 500 novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs.	Número de CEO implantado	100	16 habilitados	2015. 8730 – Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
20. Implantar 732 novos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.	Número de laboratórios regionais implantados	183	58	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Informações Adicionais

MAIS MÉDICOS - De janeiro a abril de 2016 foram 1.835 médicos alocados no 9º ciclo, totalizando 17.095 médicos alocados no programa.

QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA - O Programa Nacional de Melhoria e Acesso da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) apresenta algumas dificuldades e pendências para ampliação das equipes de atenção básica avaliadas e certificadas no período. Os principais nós críticos são: 1. Publicação da portaria de homologação das equipes participantes do 3º ciclo do Programa; 2. Liberação da 2ª parcela dos recursos relativos ao Termo de Execução Descentralizada (TED) das universidades parceiras para a realização da avaliação externa.

SAÚDE DA FAMÍLIA - Entre os meses de janeiro a março, o número de equipes de saúde da família implantadas apresentou uma média de 40.219,3 equipes. Sendo que, entre janeiro e março, o número de equipes aumentou em 111 equipes e, entre fevereiro e março, esse número reduziu em 152 equipes. Essa flutuação é comum, uma vez que o status de implantada está vinculado à atualização por parte do gestor municipal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde –CNES, à alimentação do sistema de informação da atenção básica e à ocorrência de denúncias por parte dos órgãos de controle.

LEITOS - No primeiro quadrimestre de 2016 foram habilitados no país apenas 25 leitos de UTI, na Tipologia Adulto, representando um impacto financeiro anual de R\$ 2.655.938,52. Para as Unidades de Cuidados Intermediários Neonatais foram habilitados somente 28 leitos na tipologia UCINCo, totalizando um impacto financeiro anual de R\$ 1.471.680,00. Ressalta-se que o baixo número de habilitações de UTI e UCI, neste quadrimestre, decorre da ausência de disponibilidade financeira do Ministério da Saúde.

BOLSA FAMÍLIA - De um total de 11.323.942 famílias a serem acompanhadas, a saúde já acompanhou 2.769.418 (24,5%). A 1ª vigência de 2016 teve início em 28 de janeiro e encerrará em 30 de junho. Em relação ao acompanhamento infantil, na 1ª vigência de 2016, 2.769.418 crianças foram acompanhadas (parcial de 06/05/16), de um total de 7.735.925 (26,05%), dessas 98,9% estavam com o calendário vacinal em dia e 83,2% tiveram dados nutricionais coletados. Em relação ao acompanhamento das condicionalidades de gestantes, na 1ª vigência de 2016, foram localizadas 259.309 gestantes (parcial de 06/05/16), representando 53,6% do número estimado de gestantes no Brasil para o ano de 2016 (estimativa de 484.182), destas 99,75% estavam com o pré-natal em dia e 94,05% com dados nutricionais coletados.

EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENÇÃO DOMICILIAR E DE APOIO - A meta para 2016 é manutenção das equipes existentes, sendo 603 EMAD e 327 EMAP, totalizando 930 equipes. Pode haver pequena variação neste quantitativo, ao longo do tempo, em função de redução de equipes por parte dos gestores locais. Para os anos de 2017, 2018 e 2019 a meta é de manutenção das equipes existentes, adicionado de 228 novas equipes a cada ano, sendo 144 EMAD e 84 EMAP.

SAÚDE NA ESCOLA - A adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2016/18 está aguardando publicação de Portaria uma vez que o Programa foi reestruturado. O planejamento do conjunto de ações pactuadas na adesão, incluindo as acrescidas pelos municípios deverá considerar: o contexto escolar e social; o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar e em Atenção Básica.

O desenvolvimento das ações deve estar previsto em planejamento conjunto entre saúde e educação, respeitando o calendário escolar, a demanda e o processo de trabalho das duas áreas, garantindo-se estratégias que favoreçam a atenção à saúde dos educandos para além do espaço escolar e ao longo do ano letivo.

A formação de gestores, técnicos da saúde e da educação será responsabilidade das três esferas de governo e será trabalhada de maneira contínua e permanente. No MEC, deve alinhar-se com a política de Formação da Secretaria de Educação Básica e terá sua gestão realizada por meio da Diretoria de Formulação de Conteúdos Educacionais com reserva de vagas de 30% para profissionais de saúde e da assistência, parceiros do PSE. No Ministério da Saúde, deve alinhar-se à Política de Educação Permanente para formação dos profissionais do SUS.

UBS - Os empenhos referentes a obras habilitadas em 2016 são para: 40 propostas de Construção de UBS, 24 propostas de Ampliação de UBS, 04 propostas de Reforma de UBS. A baixa execução da meta no 1º quadrimestre se deve ao fato de que a maior parte das novas habilitações será viabilizada por recurso de emendas. Essas habilitações estão previstas para o 2º quadrimestre.

TESTE DE ÁCIDO NUCLÉICO – No período, foram testadas com o NAT nacional 39% das coletas previstas para o período de informação solicitado. Cabe ressaltar que a coleta do dado é trimestral, com envio das informações na segunda quinzena do mês subsequente. Em relação ao total previsto de coletas/ano – 3.600.000 coletas, foram testadas 16% das coletas previstas para o exercício de 2016, no período de janeiro a maio/2016. Informa-se que há registros de janelas imunológicas, sendo de 47 dias para HIV, 16 dias para HCV e 32 dias para HBV até o momento.

TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS SÓLIDOS – Foram 1.916 Transplantes de órgãos sólidos realizados até abril de 2016. O quantitativo de transplantes de órgãos sólidos realizados no período se trata de um dado preliminar, passível de alteração, tendo em vista que algumas centrais estaduais de transplantes ainda não encaminharam seus relatórios de produção.

DOADORES EFETIVOS DE ÓRGÃOS – Registrados 720 doadores efetivos até abril de 2016. O quantitativo de doadores efetivos no período se trata de um dado preliminar, passível de alteração, tendo em vista que algumas centrais estaduais de transplantes ainda não encaminharam seus relatórios de produção.

Objetivo 02. Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

O aprimoramento e articulação das Redes de Atenção a Saúde (RAS) constitui-se em importante objetivo estratégico no aprimoramento do Sistema Único de Saúde. As Redes Temáticas consideradas prioritárias foram: Rede de Urgência e Emergência (RUE); Rede Cegonha; Rede de Atenção Psicossocial, incluindo o cuidado das pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas; Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Neste Plano, dar-se-á prioridade articulação entre essas redes em seus diferentes estágios de constituição.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o acesso à Triagem Auditiva Neonatal por meio da equipagem de 737 maternidades no país, passando de 75 para 812 maternidades equipadas em funcionamento, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Número de maternidades equipadas	100	0	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
2. Ampliar de 166 mil para 182 mil o número de recém-nascidos beneficiados ao ano pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil.	Número de recém-nascidos beneficiados	170.000	46.381	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
3. Habilitar 140 novos serviços como Maternidade de Referência para Atenção à Gestação de Alto Risco (GAR).	Número de serviços de maternidade habilitados	35	0	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
4. Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma e aquisição de equipamentos) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Número de maternidades com ambiência adequada	30	4	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
5. Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP.	Número de CGBP implantadas	5	2	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha; 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0004)
6. Implantar 60 novos Centros de Parto Normal – CPN.	Número de CPN implantados	15	1	2015.20R4 – Apoio à Implementação da Rede Cegonha
7. Realizar 15 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos.	Número de mamografias realizadas	3.000.000	354.848	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0008)
8. Realizar 30 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos.	Número de exames realizados	7.500.000	964.790	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0008)
9. Implantar 80 soluções de radioterapia contempladas no Plano de Expansão da Radioterapia.	Número de soluções de radioterapia implantadas	25	0 ²	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0007)
10. Apoiar a implantação de 175 UPA 24h.	Número de UPAs implantadas	50	24	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0009)

² 10 obras iniciadas

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
11. Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa - PVC, passando de 4.364 para 6.764.	Número de pessoas beneficiadas	600	63	2015.20AI – Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no SUS (De volta pra Casa)
12. Apoiar a implantação de 200 equipes de Consultório na Rua.	Número de equipes implantadas	158	158 ³	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família (PO 0007)
13. Apoiar a implantação de 37 Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil - UAI.	Número de UAI implantada	9	0	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
14. Apoiar a implantação de 28 unidades de acolhimento adulto	Número de unidades implantadas	7	0	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
15. Incentivar a implantação de 480 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).	Número de CAPs implantados	120	6	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental; 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
16. Apoiar a construção de 160 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III - 24 horas.	Número de CAPs III 24 horas construído	40	1	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0009) 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 000F)

³ A meta é atingir, no final de 2019, 200 equipes de Consultório na Rua. Até abril de 2016 atingiu-se 158 equipes no país.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
17. Apoiar a implantação de 162 novos CAPS-AD e CAPS-AD III	Número de CAPS-AD implantado	40	1	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 0002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
18. Apoiar a implantação de 502 leitos de saúde mental em hospitais gerais	Número de leitos implantados	125	18	2015.20BO – Atenção Especializada em Saúde Mental (PO 0002); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0002)
19. Incentivar a adesão de 400 Centros de Especialidades Odontológicas à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.	Número de CEO habilitados	200	0	2015.8730 – Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada (PO 0003)
20. Implantar 98 Centros Especializados em Reabilitação - CER, passando de 124 para 222 CER em funcionamento.	Número de CER implantados	71	15	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0004)
21. Implantar 50 oficinas ortopédicas no País, passando de 24 para 74 oficinas em funcionamento.	Número de oficinas implantadas	10	0	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0004); 2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO 0006)
22. Ofertar 98 novos veículos adaptados acessíveis para transporte de pessoas com deficiência, passando de 103 para 201 veículos entregues.	Número de veículos adaptados entregues	9	5	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0006)
23. Apoiar a implantação de 300 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).	Número de SRT implantados	75	2	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (PO

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
				000F)
24. Habilitar 18 unidades que realizam acompanhamento multiprofissional das pessoas com Doença Renal Crônica (DRC) nos estágios clínicos IV e V (pré dialítico).	Número de unidades habilitadas	3	1	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
25. Elaborar e publicar 10 novas Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito do Programa Viver sem Limite.	Número de diretrizes publicadas	4	1 ⁴	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0006)

⁴ Em 2016 foi publicada a Diretrizes de Estimulação Precoce – Crianças de zero a 3 anos com Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor Decorrente de Microcefalia

Informações Adicionais

No primeiro quadrimestre de 2016 foram concluídas 4 obras de maternidades com ambiência adequada: Município de Tocantinópolis TO, 2 obras: Hospital Municipal Jose Saboia Tocantinópolis; Município de Taboão da Serra SP, 1 obra: Unidade Mista De Taboão da Serra; Município de Macapá AP, 1 obra: SES AP Hospital da Mulher. Além disso, foram aprovadas 27 propostas de equipamentos, sendo 25 de Emendas e 2 de Programas.

No período de janeiro a abril de 2016 foram concluídas 2 obras de Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP: Município de Iguatu – CE, Hospital Regional de Iguatu; e Município de Itapira – SP, Hospital Municipal de Itapira. Além disso, no mesmo período foi concluída 1 obra de Centro de Parto Normal - CPN: Hospital da Mulher Maria Jose dos Santos Stein, município de Santo André/SP

Atualmente estão cadastradas no CNES 181 maternidades habilitadas em GAR nos códigos 1401 e 1402, ano de 1998, sendo que 78 estão com processos na CGHOSP em diligência. Além disso, temos no CNES 8 maternidades habilitadas no código 1413 e 56 maternidades no código 1414, ano de 2013.

No primeiro quadrimestre de 2016 estão sendo monitoradas 36 obras de Ambiência em execução: 5 obras encontram-se com mais de 90% de percentual de execução, 10 com percentual de execução entre 60% e 90%, e 21 obras com percentual de execução até 60%.

No primeiro quadrimestre de 2016 foram monitoradas 7 obras de CGBP em execução: 2 obras encontram-se com mais de 90% de percentual de execução, 2 com percentual de execução entre 60% e 90%, e 3 obras com percentual de execução até 60%.

No primeiro quadrimestre de 2016 foram monitoradas 26 obras de CPN em execução: 4 obras encontram-se com mais de 90% do percentual de execução, 7 com percentual de execução entre 60% e 90%, e 15 obras com percentual de execução até 60%

Objetivo 03. Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

A implementação desse objetivo contempla a promoção do cuidado integral nos ciclos de vida e gênero como uma das prioridades do MS, para operacionalização na integralidade da atuação com abrangência nacional, a partir das Regiões de Saúde. As populações vulneráveis são grupos populacionais que se encontram em passíveis de exclusão em termos de direitos humanos e de cidadania. Na interface com os ciclos de vida e questões de gênero há uma gama de processos de exclusão e dificuldades de acesso que exigem, para sua superação, políticas específicas que contribuam para garantia de acesso integral à saúde.

Entre as prioridades expressadas neste objetivo, destacam-se a ampliação do número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, a suplementação de crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, a implantação de serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, passando de 65 para 110 equipes implantadas.	Número de ESB implantada	10	0 Não houve implantação no período.	2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO 0004)
2. Implantar 80 serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual em hospitais de referência do SUS, para a realização do registro de informações e da coleta de vestígios.	Número de serviços implantados	20	0 Não houve implantação no período.	2015.6175 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
3. Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.	Número de crianças suplementadas	330.000	0 Não houve implantação no período.	2015.8735 – Alimentação e Nutrição para a Saúde

Informações Adicionais

Em relação à coleta de vestígios para atenção às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações foi publicada Norma Técnica Interministerial; além da criação de procedimento “Coleta de vestígios de violência sexual” no SCNES; e está em curso a habilitação de 2 serviços: São Bernardo do Campo/SP e Blumenau/SC.

Também está em curso a realização da 6ª edição do “Curso Atenção Humanizada a Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios”. Das 6 edições previstas, 5 já foram realizadas em 2014-2015, envolvendo 22 estados do país e 52 estabelecimentos de saúde com 376 profissionais qualificados. A 6ª edição do curso está prevista para Julho de 2016.

Objetivo 04. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Este objetivo trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Dentro das ações de promoção da saúde, incluem-se a promoção da alimentação saudável operacionalizada por meio do desenvolvimento de ações e abordagens para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição e a prática de atividade física, por meio do Programa Academia da Saúde, contribuindo para melhor qualidade de vida da população.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar para, no mínimo, 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) da vacina Pentavalente (DTP+HB+Hib) em menores de 1 ano.	Percentual de municípios com 95% de cobertura vacinal pentavalente	62,5	29,24%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
2. Garantir a aquisição de 100% dos imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde.	Percentual de imunobiológicos adquiridos	100	64,44%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002)
3. Aumentar para, no mínimo, 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados.	Percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar	73	56,1%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
4. Aumentar para 95% a proporção de examinados entre os contatos intradomiciliares registrados dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de contatos intradomiciliares examinados	79	72%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/Aids, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida.	Proporção de pessoas com HIV em tratamento	89	90,8%	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
6. Aumentar para, no mínimo, 80% a proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose.	Proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose	67	56,9%	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
7. Reduzir, para no máximo 100.000, o número de casos autóctones de malária no Brasil.	Número de casos autóctones de malária registrados.	131.000	De janeiro a fevereiro de 2016, houve aumento de 21% no número de casos autóctones de malária, se comparado com mesmo período de 2015, passando de 17.610 para 21.320 casos.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
8. Assegurar 100% das regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).	Percentual de regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Cerest	53,19	37,21	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
9. Reduzir a prevalência de uso do tabaco para 9,6%.	Percentual de prevalência registrado	10,15	Nas 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal, a frequência de adultos fumantes foi de 10,8% ⁵	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
10. Custear 3.500 pólos do Programa Academia da Saúde.	Número de pólo de academia da saúde custeado	1.334	608 polos de academia da saúde foram habilitados para o custeio entre similares e construído, destes 449 habilitados pela SAS e 159 pela SVS.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
11. Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Percentual de adultos com mais de 18 anos, residentes nas capitais dos 26 estados e DF, com consumo regular de refrigerante e suco artificial	17,96	0	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
12. Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e	Percentual de adultos com mais de 18 anos, residentes nas capitais dos 26 estados e DF, que consomem frutas e hortaliças regularmente	38,94	0	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde

⁵ Fonte: Pesquisa Vigitel 2014.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
Nutricional (CAISAN)				
13. Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)	Percentual da população maior de 18 anos, residente nas capitais dos 26 estados e DF, com índice de massa corporal (IMC) menor que 25kg/m ²	<= 52,5%	0	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
14. Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)	Percentual de casos novos notificados	10	3 novos casos de Beribéri foram confirmados.	Não se aplica
15. Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.	Número de municípios apoiados	500	203 município foram apoiados no controle da qualidade da água para consumo humano pelas Superintendências Estaduais da Funasa.	2015.20Q8 - 2068.20Q8 – Apoia às ações de saneamento básico e saúde ambiental (GAP); 2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
16. Ampliar de 26,79 para 26,90 milhões o número domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades hidrossanitárias.	Número de domicílios urbanos beneficiados	7.012	0	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
17. Ampliar em 30 mil o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição ou poço ou nascente com canalização interna.	Número de domicílios rurais abastecidos	7.013	0	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
18. Ampliar em 20 mil o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.	Número de domicílios rurais servidos	4.675	0	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais
19. Ampliar em 10 mil o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais, que possuem unidades	Número de domicílios rurais com unidades hidrossanitárias	2.337	0	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
hidrossanitárias.				
20. Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 3.000 Comunidades Rurais e Tradicionais.	Número de comunidades tradicionais e em áreas rurais apoiadas	750	25 comunidades foram apoiadas na execução de ações de controle da qualidade da água para consumo humano pelas Superintendências Estaduais da Funasa.	2068.20Q8 – Apoia às ações de saneamento básico e saúde ambiental (GAP)

Informações Adicionais

A campanha nacional contra gripe (*influenza*) será realizada em maio. O país já registrou 2.467 casos de influenza neste ano. A expectativa é imunizar as 49,8 milhões de pessoas que fazem parte do público-alvo da campanha. O excedente, que neste ano é de mais de 4 milhões de doses, é chamado de reserva técnica e faz parte da estratégia de vacinação.

O público-alvo são pessoas a partir de 60 anos, crianças de seis meses a menores de cinco anos (quatro anos, 11 meses e 29 dias), trabalhadores de saúde, povos indígenas, gestantes, puérperas (até 45 dias após o parto), pessoas privadas de liberdade – o que inclui adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em medidas socioeducativas - e os funcionários do sistema prisional. As pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis, que inclui pessoas com deficiências específicas. Para esse grupo não há meta específica de vacinação.

Dados preliminares indicam que a cobertura da vacina Influenza está em 86,49% com homogeneidade de 65,03%.

O primeiro boletim epidemiológico com dados registrados do **vírus zika** aponta 91.387 casos prováveis da doença em todos os estados brasileiros, até o dia 2 de abril. A taxa de incidência, que considera a proporção de casos, é de 44,7 casos para cada 100 mil habitantes. A transmissão autóctone do vírus no país foi confirmada a partir de abril de 2015, com a confirmação laboratorial no município de Camaçari (BA). O Ministério da Saúde tornou compulsória a notificação dos casos de zika em fevereiro deste ano. Desde então, estados e municípios vinham preparando seus sistemas de registros para encaminhar estas notificações ao Ministério da Saúde. Antes disso, o monitoramento do vírus zika era realizado por meio de vigilância sentinela.

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças Transmissíveis (CDC) dos Estados Unidos anunciou, em abril, a confirmação da relação entre o Zika e a ocorrência de microcefalia em bebês cujas mães foram infectadas pelo vírus. O estudo realizou uma revisão rigorosa das evidências já existentes e concluiu que o Zika é a causa da microcefalia e outros danos cerebrais identificados em fetos.

Para embasar o estudo norte-americano, foram analisadas pesquisas da comunidade médica e científica de diversos países, entre eles o Brasil, que é pioneiro no estudo do vírus Zika associado à microcefalia. O CDC é parceiro do Brasil nas investigações, como parte do esforço mundial para as descobertas relacionadas ao tema.

O novo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde divulgado, na primeira semana de maio, aponta que, até o dia 30 abril, foram confirmados 1.271 casos de **microcefalia** e outras alterações do sistema nervoso, sugestivos de infecção congênita, em todo o país. No total, foram notificados 7.343 casos suspeitos desde o início das investigações, em outubro de 2015, sendo que 2.492 foram descartados. Outros 3.580 estão em fase de investigação. O informe reúne semanalmente as informações encaminhadas pelas secretarias estaduais de saúde.

No 1º quadrimestre de 2016 houve aprovação de R\$12 milhões de recurso de investimento, para apoiar as ações de eliminação de malária por *Plasmodium falciparum* nos estados e municípios. Com o objetivo de energizar o compromisso para combater a doença e caminhar rumo à eliminação da malária por *P. falciparum*, o Ministério da Saúde lançou, neste ano, a campanha “Malária. Tem tratamento, tem cura”, em celebração ao Dia Mundial da Malária. Levantamento aponta que o país registrou em 2015 o menor número da doença nos últimos 36 anos.

Em março de 2016, em alusão ao dia mundial de luta contra a tuberculose, a campanha com tema “Testar, Tratar, Vencer” foi relançada. Essa campanha contou com a participação do capitão da seleção brasileira de futebol Thiago Silva. Além disso, houve a publicação do Boletim Epidemiológico intitulado “Perspectivas brasileiras para o fim da tuberculose com problema de saúde pública”, cujo objetivo foi analisar os indicadores epidemiológicos e operacionais para o controle da tuberculose, bem como a tendência e prospecção dos coeficientes de incidência e de mortalidade por tuberculose no Brasil.

Para deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articulada no âmbito da CAISAN, o Ministério da Saúde participou da IX Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Controle da Obesidade da CAISAN; da normalização do Guia para Elaboração de Refeições Saudáveis em Eventos e; além disso, foi encaminhado uma proposta de Projeto de Lei que regulamenta a

comercialização de alimentos em cantinas escolares para avaliação da CONJUR e desdobramentos necessários. Também, foi publicada a Portaria nº 730, de 13 de abril de 2016, que aprova Linha de Cuidado do Sobrepeso e da Obesidade da Região de Saúde de São Luís e desabilita e habilita o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/ HUUFMA/ São Luís/MA como Unidade de Assistência de Alta Complexidade ao paciente portador de Obesidade Grave e como Assistência de Alta Complexidade ao indivíduo com Obesidade.

A IX Reunião do Comitê Técnico da CAISAN também teve como ponto de pauta a taxação de alimentos não-saudáveis. Como encaminhamento da reunião, foi elaborada uma Nota Técnica sobre a importância da taxação de bebidas açucaradas e sua relação com a diminuição do consumo desses produtos. Posteriormente, realizou-se reunião com o Ministério da Fazenda para iniciar a discussão sobre essa ação no Brasil. Além disso, houve divulgação de materiais para apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), com ênfase para o Guia Alimentar para a População Brasileira nas redes sociais. Apresentação do Guia Alimentar para População Brasileira em eventos.

Referente à meta “ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente”, está em revisão final de materiais para apoiar ações coletivas para promoção da alimentação adequada e saudável na atenção básica (parceria UFMG) e materiais sobre alimentação e nutrição para profissionais da saúde e educação do Programa Saúde na Escola (parceria UERJ). Outra iniciativa é a divulgação de materiais para apoio às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), com ênfase para o Guia Alimentar para a População Brasileira nas redes sociais.

Em relação aos casos novos de beribéri notificados, cabe considerar que a meta do PPA 2016-2019 foi definida em 2015, a base utilizada foi a de 2014, ou seja, a linha de base é de 29 casos (quantidade de casos confirmados em 2014). Ao longo de todo o PPA 2016-2019, a meta é reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articulada no âmbito da CAISAN.

Então, em 2016, pretende-se reduzir 10% dos casos, em relação aos 29 casos confirmados de 2014 (passando de 29 casos confirmados para 26 casos). Em 2017, reduzir mais 10% (indo para 23 casos confirmados). Em 2018, mais 10% (indo para 19 casos confirmados). E, em 2019, mais 20% (indo para 14 casos confirmados). Então, no total, teremos uma redução de 50% nos casos confirmados (de 29 casos confirmados em 2014 para 14 casos confirmados em 2019).

Com relação às ações de saneamento básico, foram publicadas as Portarias Funasa nº 376, que aprova critérios e os procedimentos básicos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do programa de Melhorias Sanitárias; e 377 que estabelece critérios e procedimentos para aplicação de recursos orçamentários e financeiros do Programa de Saneamento Básico Rural da Funasa. A Portaria 377 institui Processo Seletivo para ações de: Implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais, que contemplará ações de acordo com os Projetos Técnicos de Sistemas de Abastecimento de Água apresentados.

Objetivo 05. Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.

Este Objetivo orienta a operacionalização da proteção, promoção e recuperação da saúde dos povos indígenas por meio de ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária da população de cada Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde.

Os cuidados preconizados terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar de 76% em 2014 para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação	Percentual de crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo	77	75% das crianças menores de 5 anos, em 20 dos 34 DSEI, com esquema vacinal completo.	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena)
2. Ampliar de 83% em 2013 para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal	Percentual de gestantes indígenas com acesso ao pré-natal	85	Informação anual	
3. Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento	Percentual de crianças com acesso às consultas	50	Em andamento	
4. Ampliar de 38,6% em 2014 para 60% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática	Percentual da população indígena com primeira consulta odontológica programática realizada	40	2,15%	
5. Ampliar de 68% em 2014 para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos	Percentual de crianças indígenas menores de 5	75	12,2%	

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional	anos acompanhadas pela vig. Alimentar e nutricional			Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População)
6. Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI)	Número de Casai com obras de reforma/ampliação concluída	3	01	
7. Reformar e/ou ampliar 250 sistemas de abastecimentos de água em aldeias	Número de sistemas reformados e/ou ampliados	70	00	2065.7684 – Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
8. Implantar 281 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes	Número de sistema de abastecimento de água implantado	80	01	
9. Implantar em 148 aldeias a destinação final adequada dos dejetos	Número de aldeias com destinação final adequada dos dejetos	45	02	

Informações Adicionais

A ampliação do esquema vacinal completo para as crianças menores de 5 anos, considerando a meta esperada para 2016 (77,0%), a situação é (dados do 1º trimestre de 2016):

- 00 DSEI 0-25%:

- 02 DSEI 25, 1-50, 0%: Médio Rio Solimões e Porto Velho

- 07 DSEI 50,1-76, 9%: Alto Rio Negro, Parintins, Alto Rio Juruá, Altamira, Guamá-Tocantins, Maranhão, Bahia.

- 11 DSEI >= 77%: Alto Rio Solimões, Vale do Javari, Tocantins, Vilhena, Kaiapó-PA, Xavante, Xingu, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais/ES, Litoral Sul.

O acesso ao pré-natal, de acordo com os dados enviados pelas referências técnicas dos 34 DSEI, no ano de 2014 89,15% das gestantes tiveram acesso ao pré-natal e 10,85% não tiveram nenhuma consulta de pré-natal. No ano de 2015 98,09% das gestantes tiveram acesso ao pré-natal e 1,91% não tiveram nenhuma consulta.

O acesso às consultas preconizadas de acompanhamento de crescimento e desenvolvimento (CD) da criança na saúde indígena não era realizado de forma sistemática. Para sistematizar esse acompanhamento foi elaborado pela área técnica de saúde da criança nível central um plano de ação para implantação do acompanhamento do CD nos DSEI. Segue as etapas já implementadas: -Plano de ação enviado aos DSEI para sugestões; -Plano de ação adaptado de acordo com a realidade do DSEI; - Plano de ação apresentado para as equipes de saúde visando o despertar para o atendimento à criança;- Proposta de organização de atendimento as crianças elaborada; -Fluxo de atendimento percorrido pela criança e pela mãe/cuidadores desenhado; -Implantação da ficha de acompanhamento do desenvolvimento no atendimento de rotina da puericultura; - Criado fluxo de referência e contra referência para que os problemas sejam identificados nas consultas.

Recomenda-se a redução desta meta anual de 50% para 30%, visto que o Plano de Crescimento e Desenvolvimento da Criança foi elaborado esse ano e encontra-se em fase de implantação pelos DSEI.

Objetivo 06. Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Este objetivo envolve iniciativas voltadas para a promoção da pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de produtos indicados na terapêutica médica, com finalidade de potencializar resultados concretos e de melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, concentra esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos em um cenário de garantia da integralidade da atenção.

Resultados esperados na PAS em 2015

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar o "Aqui Tem Farmácia Popular" para pelo menos 83% dos municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os municípios do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Mais Médicos.	Percentual de municípios com farmácias e drogarias credenciadas.	79%	80,53%	2015.20YR - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - GRATUIDADE; 20YS - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - CO - PAGAMENTO
2. Disponibilizar 3,0 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	Fatores VIII e IX disponibilizados	3 de Fator VIII	Encontram-se disponibilizados 1,3 UI's Fator VIII e 0,27 UI's Fator IX.	2015.4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
3. Disponibilizar 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde.	Percentual de medicamentos e insumos estratégicos disponibilizados	100%	87%	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
4. Ampliar para pelo menos 65% a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionadas.	Percentual de medicamentos adquiridos	100%	44%	2015.4368 – Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos; 2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde; e

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
				2015.4705 – Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
5. Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) em 70% dos municípios brasileiros.	Percentual de municípios com programa implantado	60%	0	2015.20AH – Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS

Informações Adicionais

A rede do Programa Farmácia Popular possui 34.687 farmácias e drogarias credenciadas no “Aqui Tem Farmácia Popular” e 520 unidades da Rede Própria, totalizando 35.207 farmácias no Programa, presentes em 4.486 municípios brasileiros, dos quais 1.656 foram mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria e 3.103 receberam profissionais do Programa Mais Médicos. De janeiro a abril de 2016, houve ampliação da rede credenciada do Programa Farmácia Popular em 22 novos municípios, passando de 4.464 em dezembro de 2015 para 4.486 municípios em abril de 2016, ou seja, está presente em 80,53% dos municípios brasileiros. Portanto, atingiu 100% da meta prevista para o ano de 2016. Ressalte-se que esse número é flutuante, uma vez que pode diminuir em virtude dos bloqueios de conexão aos sistemas de vendas das farmácias que estão passando por monitoramento.

A meta “Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) em 70% dos municípios brasileiros” não teve avanço no 1º quadrimestre de 2016, devido aos seguintes aspectos:

- Ausência de pactuação tripartite junto ao CONASS e CONASEMS, impactando no avanço da discussão de avaliação do programa em 2016;
- Mudanças de equipe de dirigente, tanto de coordenadores e diretores do DAF/SCTIE/MS;
- Indefinição de disponibilidade de recursos financeiros para operar uma nova proposta, conforme discussões junto à SPO/SE/MS;
- Elaboração da proposta técnica ainda em vias de finalização contemplando outro escopo para o Programa QUALIFAR-SUS.

A Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH) disponibilizou 1,3 UI's Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos CAIES/MS e Hemobrás e 0,27 UI's Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no CAIES/MS e na Hemobrás. As coagulopatias constituem um conjunto de doenças hemorrágicas. Entre elas destacam-se as de origem hereditária: a hemofilia, caracterizada pela deficiência dos fatores VIII (hemofilia A) ou Fator IX (hemofilia B) da coagulação, além da doença de Von Willebrand. A hemofilia é uma doença recessiva ligada ao sexo, resultante de mutações nos genes que codificam os fatores VIII (hemofilia A) e IX (hemofilia B), ambos localizados no braço longo do cromossomo X. Do ponto de vista clínico, a apresentação das hemofilias A e B são semelhantes e o diagnóstico diferencial é realizado pela dosagem da atividade dos fatores VIII e IX de coagulação.

O acesso aos medicamentos pró-coagulantes é de fundamental importância para as pessoas com coagulopatias hereditárias, para a realização de terapia de reposição do fator faltante. A quantidade de medicamento disponibilizada é preconizada por meta internacional estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Federação Mundial de Hemofilia (FMH), sendo, 3,0 UI per capita de fator VIII e 0,8 UI de fator IX.

Objetivo 07. Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.

As metas deste objetivo possibilitarão a geração de evidências e conhecimentos científicos para orientar as políticas públicas de saúde e a tomada de decisão por parte dos gestores, contribuindo para a sustentabilidade do SUS, o desenvolvimento do País, melhoria da qualidade de vida da população, e para o fortalecimento do papel do estado para o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde e garantia da cidadania plena.

A implementação das propostas deste objetivo se desenvolvem em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Ampliar de 1 para 9 o número de internalizações de tecnologias no SUS, produzidas por meio de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	Número de tecnologias internalizadas	1	0	Não se aplica
2. Implementar o Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), incluindo a construção de fábrica de aceleradores lineares, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).	Percentual de ACT implementado	8%	3%	Não se aplica
3. Desenvolver e/ou absorver através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 8 novos medicamentos.	Número de medicamentos desenvolvidos e/ou absorvidos	2	0	2015.2522 – Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
4. Ampliar de 13 para pelo menos 18 o número de parques produtivos apoiados por meio do Programa para o	Número de parques produtivos apoiados	14	16	2055.8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde; 2055.20K7 - Apoio à Modernização do

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS).				Parque Produtivo Industrial da Saúde
5. Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS.	Número de pesquisas fomentadas	350	1	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS; 2015.2B42 - Cooperação Téc. Nac. e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde
6. Iniciar pelo menos 4 projetos de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), no âmbito das novas parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).	Número de projetos de parcerias iniciados	1	0	Não se aplica
7. Realizar 465 pesquisas na área de meio ambiente e medicina tropical.	Número de pesquisas iniciadas	350	288	2015.20QF – Pesquisas, ensino e inovações tecnológicas biomédicas e em medicina tropical e meio ambiente
8. Elaborar e/ou revisar 50 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde.	Número de protocolos elaborados e/ou revisados	18	8	2015.20K3 – Qualificar a incorporação de tecnologias de saúde no âmbito do SUS
9. Disponibilizar 220 mil litros anuais de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados pela Hemobrás.	Litro de plasma disponibilizado	120.000	3.370	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
10. Executar 75% do processo de transferência de tecnologia dos hemoderivados, visando a produção pela Hemobrás.	Percentual de transferência de tecnologia executada	50%	23,49	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS

Informações Adicionais

Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) são parcerias que envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do país em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. Atualmente, estão vigentes 81 PDP, sendo que 05 correspondem a PDP de pesquisa e desenvolvimento de 04 medicamentos e 01 produto para saúde; 52 encontram-se em fase II (projeto de PDP), sendo 01 de vacina, 38 de medicamentos e 13 de produtos para saúde; e 24 em fase III (PDP), sendo 03 de vacinas, 20 de medicamentos e 01 de produto para saúde.

O Acordo de Compensação Tecnológica (ACT) - firmado junho de 2015 - será implementado através da instalação de uma linha de produção de aceleradores lineares no Brasil e tem como objetivo principal abastecer o mercado nacional. Essa compensação será realizada por meio da prática de Offset, que já vem sendo adotada por muitos países como instrumento capaz de criar alternativas comerciais que possibilitem maior inserção internacional e também como forma de buscar o fortalecimento tecnológico e o desenvolvimento industrial. O ACT é composto de quatro eixos principais: 1) Linha de produção: instalação de planta fabril com capacidade de produção para atender demanda nacional com equipamentos iguais ou superiores aos 80 já adquiridos, atendendo ao índice de nacionalização (regra de origem); 2) Qualificação de fornecedores: seleção de fornecedores brasileiros que receberão a Compensação Tecnológica (Transferência de conhecimentos, tecnologia e qualificação da produção) para fabricação de partes, peças, acessórios e componentes integrantes do acelerador linear; 3) Produção e desenvolvimento de software: Transferência de tecnologia para desenvolvimento de softwares envolvendo Planejamento 3D, Software embarcado; EPID – electronic portal imaging device; 4) Qualificação de profissionais: implantação de centro de treinamento em conjunto com ICT brasileira. Situação Atual: Quanto às ações relacionadas ao Acordo de Compensação Tecnológica ressalta-se o lançamento da pedra fundamental da obra de construção da fábrica da Varian em Jundiaí – SP; a publicação das chamadas públicas de ICTs para recebimento de novas tecnologias e qualificação em tecnologias prevista para ocorrer em 2016; e a identificação e início da qualificação de potenciais fornecedores.

O PROCIS visa à implementação de ações voltadas para o fortalecimento dos Produtores Públicos e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), essenciais para a operacionalização das estratégias de fortalecimento do Complexo Produtivo de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Atualmente, a dotação do Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) para 2016 é da ordem de R\$ 137.526.200,00 destinados a projetos de infraestrutura, desenvolvimento e inovação, qualificação da gestão e ampliação da produção. A situação atual da execução orçamentária é da ordem de R\$ 71 milhões, o que representa 51,85% da dotação total, tendo sido contemplados 35 projetos de 6 produtores públicos e 10 instituições científicas tecnológicas.

Em 2016 coube ao Instituto Evandro Chagas, como produto, a realização de 350 pesquisas, e neste primeiro quadriênio encontram-se em andamento 288, nas seguintes linhas: Estudos sobre arbovírus - Estudo sorológico das hantavíroses e/ou identificação de hantavírus em amostras humanas e roedores; Estudos moleculares de arbovírus; Vigilância laboratorial, identificação genética de cepas do vírus Raiva e pesquisas moleculares em amostras humanas e de animais; Epidemiologia das arbovíroses Epidêmicas na Amazônia Brasileira; Inovações tecnológicas; Caracterização molecular de Rotavírus; Detecção e caracterização molecular de Astrovírus, Calicivírus e Adenovírus em Casos de Gastroenterite; Enterovírus em casos de paralisia flácida aguda; Estudos clínicos e epidemiológicos das infecções por

vírus entéricos; Pesquisa de vírus entéricos em água e animais; Vacinas contra rotavírus; Papilomavírus; Retrovírus; Vírus respiratórios; Filogeografia de vírus Influenza; Vírus Influenza A em aves migratórias; Vírus de Epstein Barr x Ca de Colo de Útero; Vírus da Varicela-Zóster; Vírus da Caxumba; Vírus Exantemáticas; Ocorrência de poxvírus em animais na Amazônia; Hepatologia Tropical; Microscopia Eletrônica; Caracterização molecular de bactérias e fungos de interesse médico na Amazônia Brasileira; Estudo eco etio-epidemiológico das doenças de origens bacterianas e fungicas na Amazônia Brasileira; Infecção fúngica oportunista no paciente HIV/AIDS; Aspectos Bioquímicos, fenotípicos e moleculares de fungos de importância médica; Pesquisa de patógenos bacterianos causadores de doenças de veiculação hídrica; Virologia ambiental; Distribuição no meio físico e vias de exposição humana a elementos traço em áreas com processos produtivos instalados que utilizam estas substâncias; Ecologia e Biomonitoramento de Plancton Associados a Estudos de Saúde Ambiental na Amazônia; Microorganismos, Meio Ambiente e Saúde; Citogenética Humana e Animal; Impactos Ambientais e Saúde nos Processos Industriais e Minerários; Ecologia e Biomonitoramento de Plancton Associados a Estudos de Saúde Ambiental na Amazônia; Aspectos clínicos, terapêuticos, genéticos e imunológicos da malária; Vetores de malária na Amazônia; Malária na Região Amazônica; Determinantes fenotípicos e moleculares do hospedeiro humano; Protozoologia; Entomologia; Epidemiologia e fortalecimento do SUS; Toxoplasmose na Amazônia Brasileira; Epidemiologia das Parasitoses Intestinais; Protozooses Intestinais; Doença de Chagas na Amazônia; Moluscos da Amazônia Legal; Geohelmintos: Epidemiologia, Diagnóstico e Meio Ambiente; Esquistossomose: Diagnóstico, Tratamento e Eco-epidemiologia e Biologia e Eletrofisiologia de Células Parasitárias. Como resultado das pesquisas, podemos dizer que neste quadriênio no que pese a produção e disseminação do conhecimento foram publicados 39 Artigos Científicos; 1 editorial; 7 defesas de TCC, Mestrado e Doutorado e encontram-se em andamento 134 orientações (IC, mestrado e doutorado).

Nas Análises das situações de saúde foram realizados 7.147 exames sorológicos e de biologia molecular na área de hepatologia, além da investigação de surto de Hepatite C em clínica de Hemodiálise em Belém-PA; na área de Virologia foram liberados 3.979 exames; na área de Bacteriologia 4.273 exames; procedeu avaliação de 3 impactos ambientais com possibilidade de repercussões na saúde pública ; produziu e distribuiu de Insumos: Dengue 1 (50mL produzidos), Zika (91,5mL), Chikungunya (52mL) e CCN (48 mL); na área de Arbovirologia realizou 381 IF direta para detecção de antígenos do vírus da Raiva; 425 provas biológica para isolamento do vírus da Raiva; 28 IgM Elisa Hantavírus ; 26.828 inibições da hemaglutinação; 1.612 RT-qPCR vírus Zika; 460 RT-qPCR vírus Chikungunya; 351 RT-qPCR vírus dengue; 51 RT-qPCR vírus febre amarela; 18 RT-qPCR vírus Nilo Ocidental; 9 RT-qPCR vírus Saint Louis; 3.276 Elisa dengue e 3.276 Elisa Zika. Na área de parasitologia foram realizados 3.000 ensaios laboratoriais envolvendo pesquisas, esclarecimentos diagnósticos e atividades correlatas, além da realização de 05 investigações de campo em áreas da região, sendo uma investigação de possível surto de Doença de Chagas em município do Estado do Pará.

Na Produção de tecnologias estratégicas para o SUS foi validada a técnica molecular de RealAmp para diagnóstico de malária e fortalecimento da capacidade diagnóstica do país.

As ações de fomento à pesquisa em saúde desenvolvidas pelo Decit/SCTIE ocorrem por intermédio de três modalidades: o fomento nacional - que provê oportunidades para pesquisadores de todo o país); o fomento descentralizado (Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS) e a contratação direta. No primeiro trimestre de 2016, na modalidade de fomento descentralizado (PPSUS), foram desenvolvidas as seguintes atividades: (a) 1 seminário de avaliação final da edição PPSUS 2012/2013; (b) 1 julgamento da Chamada Pública do Espírito Santo com recurso remanescente da edição PPSUS 2012/2013; e (c) - Lançamento das chamadas públicas da edição 2015-2016 em SC, PI, PR, MS, DF e AP.

No mesmo período, devido à emergência de saúde pública ocorrida em virtude da entrada do vírus Zika no país e sua associação com o aumento dos casos de microcefalia em recém-nascidos, além de outros agravos, o Decit/SCTIE articulou o lançamento de uma chamada pública em parceria com o CNPq na modalidade de fomento nacional. O lançamento está aguardando o repasse do recurso do MS para o CNPq.

Na modalidade de contratação direta, está em análise a contratação das seguintes pesquisas estratégicas para o SUS:

- Desenvolvimento de uma vacina contra o Zika;
- Pesquisa Regional Prospectiva e Observacional em Tuberculose no Brasil (RePORT-Brasil);
- Estudo de eficácia e efetividade da associação miltefosina e GM-CSF no tratamento da leishmaniose cutânea causada por *leishmania (viannia) braziliensis* e *leishmania (viannia) guyanensis*;
- A Saúde na Implementação da Agenda 2030 e seus objetivos de desenvolvimento sustentável: Ciência, Tecnologia e Inovação para o bem-estar e a saúde coletiva;
- Avaliação da acurácia dos testes diagnósticos para as febres Zika, Dengue e Chikungunya em cenário de transmissão: Projeto Validação ZDC;
- Projeto Fortalecimento Científico, Tecnológico e de Inovação em Saúde no Âmbito da Cooperação Nacional e Internacional.

Para 2016, foi prevista a elaboração e/ou revisão de 18 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT), entre esses, 8 já foram publicados: PCDT de aplasia pura da série vermelha; PCDT de anemia aplástica, mielodisplasias e neutropenias constitucionais; PCDT de insuficiência pancreática exócrina; PCDT de transtorno afetivo bipolar; PCDT de hipoparatiroidismo; PCDT de raquitismo e osteomalácia; diretriz de rastreamento do câncer do colo do útero e diretriz diagnóstica e terapêutica do adenocarcinoma de próstata.

Foram realizadas várias ações no ano de 2016 visando atender o disposto na Lei nº 12.401, como a continuidade de projetos com instituições parceiras que preveem suporte técnico e financeiro para a atualização e elaboração de outros PCDT do Ministério da Saúde nas mais diversas temáticas. Além disso, a Subcomissão Técnica de Avaliação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas tem acompanhado durante todo o ano as atividades relativas à elaboração, revisão e atualização dos PCDT e Diretrizes Clínicas, tendo realizado todas as reuniões ordinárias mensais previstas em 2016, além de uma reunião extraordinária. O trabalho dessa Subcomissão visa a garantir o atendimento aos requisitos técnicos científicos necessários a esses documentos.

Até abril de 2016, foram recolhidas 15.317 bolsas de plasma para o estoque da Hemobrás, o que corresponde a cerca de 3.370 litros. Não houve recolhimento nos meses de fevereiro a abril, por motivos técnicos da empresa contratada para execução deste serviço.

Apesar do baixo desempenho em relação à meta de 120.000 litros, este indicador não reflete a quantidade de plasma disponível para fracionamento industrial, pois é necessário considerar a quantidade de plasma em estoque.

Dessa forma, ressaltamos que o estoque da Hemobrás fechou o primeiro quadrimestre de 2016 em 281.000 litros de plasma armazenados. Apesar de o indicador utilizado não demonstrar isso, a Hemobrás já tem em estoque volume de plasma suficiente para fracionamento superior à meta estipulada. Atualmente o desafio da Empresa não é recolher mais plasma, mas sim dar vazão ao plasma estocado.

O atual volume estocado é superior à capacidade da câmara fria da empresa, o que levou a contratação de uma câmara fria terceirizada com capacidade para aproximadamente 440.000 litros, gerando aumento de despesas para a instituição.

Esse acúmulo de estoque foi causado por um desequilíbrio entre o recolhimento e as exportações de plasma para fracionamento industrial. Atualmente, a empresa trabalha para reequilibrar esse fluxo de forma a eliminar a utilização de câmara fria terceirizada.

Os pontos críticos encontrados para reequilibrar o estoque de plasma são:

- Insuficiência na triagem de plasma;
- Necessidade de contratação de um novo fracionador;
- Adequação da coleta de plasma.

Em relação ao processo de transferência de tecnologia, este se encontra em 23,49% de execução. O desempenho abaixo da meta é reflexo direto da baixa execução das obras da fábrica. Nesse contexto, a empresa está concentrando esforços para melhorar o desempenho de execução do consórcio responsável pela construção da fábrica de hemoderivados, além de replanejamento da implantação das Fases da Transferência de Tecnologia.

Objetivo 08. Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

A necessidade de respostas às exigências sociais e políticas geradas pela expansão do mercado de consumo e a diversificação dos produtos e serviços ofertados tornam as práticas de Vigilância Sanitária relevantes para a eliminação de riscos e a proteção da saúde.

Reduzir os riscos e agravos à saúde da população brasileira requer esforços não apenas do setor saúde, mas a execução de um conjunto de ações interministeriais que transcende o escopo da esfera federal, envolvendo as três esferas de governo consoante as suas respectivas responsabilidades.

Para aperfeiçoar a ação estatal frente a esse cenário, serão desenvolvidos sucessivos movimentos de revisão da atuação regulatória em produtos, serviços e ambientes para aprimorar os efeitos sobre a prevenção e controle dos riscos à saúde.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Alcançar o patamar de 86,5% para as notificações de reações transfusionais concluídas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.	Percentual de notificações de RT concluídas	85	64,9	2015.8719 – Vigilância Sanitária de produtos, serviços e ambientes, tecidos, células e órgãos humanos.
2. Reduzir o prazo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos inéditos para até 60 dias.	Tempo médio (dias) da primeira manifestação para registro de medicamento genérico	60	34,25	
3. Aumentar para 60% a proporção dos atos normativos publicados pela Anvisa resultantes de sua Agenda Regulatória.	Percentual de atos normativos publicados	45	58%	
4. Implementar em 10 Vigilâncias Sanitárias, estaduais e municipais, os procedimentos harmonizados em nível tripartite, visando o atendimento aos padrões internacionais de referência.	VISA estadual e municipal com procedimentos harmonizados	4	1	2015.8719 – Vigilância Sanitária de produtos, serviços e ambientes, tecidos, células e órgãos

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
5. Reavaliar 11 ingredientes ativos de produtos agrotóxicos já registrados, considerando novos indícios de risco à saúde humana.	Número de ingredientes ativos reavaliados	6	1	humanos.

Informações Adicionais

Em relação à meta “Alcançar o patamar de 86,5% para as notificações de reações transfusionais concluídas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária”, ressalta-se que a análise das notificações não está sendo feita de forma homogênea nas diferentes Unidades da Federação. No período foram realizadas: reunião com a comissão de hemovigilância (março/2016) e oficina na Região Norte sobre hemovigilância, cujo objetivo foi estimular a notificação por parte dos serviços e a análise dessas notificações por parte da vigilância sanitária local.

No que tange à meta “Implementar em 10 Vigilâncias Sanitárias, estaduais e municipais, os procedimentos harmonizados em nível tripartite, visando o atendimento aos padrões internacionais de referência”, esclarece-se que os critérios de auditorias em vigilância sanitária são utilizados como referência para verificação da conformidade dos procedimentos pactuados a nível tripartite com representantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASSEMS) e Anvisa. Dos 46 critérios estabelecidos, 17 estão relacionados à harmonização de procedimentos em nível tripartite. Assim, vale explicitar que durante o período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 foram realizadas 09 auditorias/monitoramentos em vigilâncias sanitárias, que resultaram em maior aproximação entre as áreas técnicas e os níveis central, estadual e municipal, permitindo ao nível central conhecer melhor as diversas realidades dos demais entes do SNVS, no que concerne às atividades de inspeção. Com relação especificamente ao período de janeiro de 2016 a abril de 2016, destaca-se a realização de auditoria em vigilância sanitária no Distrito Federal, sendo que foi observado o cumprimento de apenas 03 critérios dos 17 estabelecidos e harmonizados. É notório observar que a execução das atividades subsequentes a uma auditoria esbarra na necessidade de conscientização e articulação políticas, para a real implementação das mudanças necessárias ao SNVS.

Quanto à meta “Reavaliar 11 ingredientes ativos de produtos agrotóxicos já registrados, considerando novos indícios de risco à saúde humana”, foi realizada a reavaliação de um ingrediente ativo (Procloraz – RDC 60/2016 publicada em 03/02/2016). A reavaliação do ingrediente ativo Parationa metílica foi concluída no ano de 2015 (RDC 56/2015, de 11/12/2015) e, portanto, não deve ser considerada neste PPA, que se refere ao período de 2016-2019. Além disso, os ingredientes ativos Malationa e Diazinona ainda não possuem RDC determinando sua reavaliação pela Anvisa, além de não ter sido realizada pela área técnica, no momento da proposição do PPA, análise da prioridade da reavaliação desses ingredientes ativos em relação a outros que podem representar maior risco à saúde e demandar reavaliação mais urgente. Desse modo, decidiu-se por não proceder à reavaliação desses dois ingredientes ativos. Ante o exposto, a Anvisa sugere a alteração do número de reavaliações previstas no PPA: de 11 (onze) para 8 (oito), considerando a exclusão dos três ingredientes ativos citados.

Ademais, no escopo de outras ações estruturantes da Agência, foi lançado, no final de abril, o novo formulário para notificação de danos à saúde associados ao uso de saneantes, como produtos de higiene e desinfecção domiciliar. O documento, que pode ser utilizado por qualquer cidadão, é mais fácil de preencher e tem a possibilidade de envio automático. Com isso, elimina-se a etapa de encaminhamento pelo notificante, o que proporciona mais agilidade no atendimento das ocorrências. O formulário complementa o Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária (Notivisa) para o registro de problemas relacionados ao uso de produtos saneantes. O Notivisa foi desenvolvido para receber as notificações de incidentes, eventos adversos (EA) e queixas técnicas (QT) relacionadas ao uso de produtos e de serviços sob vigilância sanitária.

A resolução que regulamenta o Peticionamento Eletrônico para Importação (PEI) de bens e produtos de controle sanitário foi publicada pela Anvisa. Tal resolução permitirá que o peticionamento do processo de importação de produtos regulados pela vigilância sanitária se inicie no momento da apresentação digital dos documentos no sistema Visão Integrada do Comércio Exterior (Vicomex), simplificando o monitoramento das operações de comércio exterior e facilitando a atuação da vigilância de produtos sujeitos à vigilância Sanitária.

Além disso, a Anvisa, em conjunto com o Ministério da Saúde, participa da Câmara Técnica de Saúde para atuação conjunta de ações para o Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. No âmbito da Câmara, foram pactuadas ações em três eixos: assistência, vigilância sanitária (VISA), e riscos epidemiológicos, sanitários, ambientais e saúde do trabalhador. No que diz respeito VISA, a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou o Plano Operativo e Matriz de responsabilidade, definindo as ações voltadas à vigilância sanitária a serem executadas pelas três esferas do governo. De forma complementar, Plano Operacional de inspeções/fiscalizações prévias e durante o evento foi pactuado pela vigilância sanitária local, onde a Anvisa apoiará tecnicamente as ações voltadas ao controle de produtos sujeitos a vigilância sanitária, conforme Plano de Ação dos estados e municípios-sede das Olimpíadas.

Objetivo 09. Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com o equilíbrio dos atores do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Os pilares da regulação da participação privada na oferta de serviços de saúde foram caracterizados tendo por base o modelo assistencial; a informação ao cidadão; a sustentabilidade do setor e a articulação com o SUS.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Disponibilizar para 100% dos beneficiários com o Cartão Nacional de Saúde o Registro Individualizado de Saúde.	Percentual de beneficiários com o Registro Individualizado de Saúde disponibilizado	25	0	2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar; 2015.8727 – Aperfeiçoamento do sistema de informação para saúde suplementar
2. Alcançar o patamar de 70% no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar.	Percentual do IDSS alcançado	65	0	
3. Estimular a adesão ao Plano Nascer Saudável e a novos modelos assistenciais, visando a redução anual de parto cesariano nos serviços ofertados pela saúde suplementar.	Percentual de adesão ao Plano Nascer Saudável alcançado	25	0	2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar

Informações Adicionais

Está em andamento o Projeto Parto Adequado decorrente do Acordo de Cooperação assinado entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o Hospital Israelita Albert Einstein e o Institute for Healthcare Improvement (IHI) com o apoio do Ministério da Saúde.

A iniciativa tem o objetivo de identificar modelos inovadores e viáveis de atenção ao parto e nascimento, que valorizem o parto normal e reduzam o percentual de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar. Atualmente participam da iniciativa, 39 Hospitais, sendo 4 hospitais SUS, e 36 Operadoras Apoiadoras.

Os hospitais participantes estão mantendo uma média de 31% de partos normais entre o público-alvo das medidas. Seis meses antes do fim do projeto, 21 hospitais – mais da metade - já atingiram pelo menos 40% de partos vaginais, alcançando marco importante no âmbito da iniciativa.

Antes de dar início às medidas para reduzir as cesáreas desnecessárias, os hospitais e maternidades apresentavam, em média, 22% de partos normais. Passado 12 meses, o grupo registrou um aumento de nove pontos percentuais na taxa de partos normais entre as gestantes atendidas nessas instituições que são alvo das mudanças implementadas.

Outros indicadores monitorados também têm apresentado resultados que corroboram a eficácia das medidas, entre os quais as admissões em UTI neonatal decorrentes de cesáreas prematuras. Seis hospitais já conseguiram reduzir as internações, com índices que variaram de 29% a 67% de queda.

Para atingir esses resultados, os hospitais privados e públicos que participam do projeto Parto Adequado estão promovendo melhorias na infraestrutura hospitalar, nos processos de trabalho e incentivando mudanças culturais.

As medidas têm possibilitado a incorporação de equipe multiprofissional, promovido a capacitação dos profissionais para ampliar a segurança na realização do parto normal e a revisão das práticas relacionadas ao atendimento das gestantes e bebês, desde o pré-natal até o pós-parto. Tudo isso com o engajamento do corpo clínico, das equipes e das próprias gestantes. Trinta e duas operadoras de planos de saúde também participam do projeto.

O apoio se dá com a orientação e direcionamento das beneficiárias que desejarem o parto normal na rede de prestadores, criação do Espaço Parto Adequado em seu portal eletrônico, priorização dos interesses das gestantes e suas famílias na organização e avaliação de viabilidade financeira dos modelos assistenciais inovadores a serem implementados nos hospitais apoiados, com a construção de propostas para financiamento.

A Resolução Normativa nº 388, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 26 de novembro de 2015, entrou em vigor em fevereiro de 2016, com o objetivo de incentivar as operadoras de saúde a cumprir suas obrigações quanto à qualidade do atendimento junto ao beneficiário. A ANS criou um sistema que pode incentivar a operadora a resolver mais rapidamente a demanda do beneficiário. Os mecanismos postos em vigor objetivam induzir o mercado de saúde suplementar a prestar, de forma célere, o devido atendimento a seus beneficiários, mantendo a sanção existente para os casos de descumprimento.

Em março, de 2016 foi divulgada lista de hospitais que atendem critérios de qualidade importantes para aferir o padrão de assistência prestada à população. Os dados mostram o desempenho dos estabelecimentos segundo três indicadores: acreditação, índice de readmissão hospitalar e segurança do paciente. É a primeira vez que a ANS disponibiliza informações sobre atributos dos prestadores, oferecendo subsídios para que os consumidores possam acompanhar e avaliar os serviços. Em abril, foi criado Grupo Técnico de monitoramento da Lei nº 13.003/2014, com representantes de operadoras e de prestadores de serviços de saúde. O objetivo foi identificar e debater, com representantes do setor, oportunidades para melhorar o relacionamento entre operadoras e prestadores, a partir da regulamentação da lei.

No período, a ANS também publicizou os parâmetros e procedimentos de acompanhamento econômico-financeiro das operadoras de planos de saúde e de monitoramento estratégico do mercado, oferecendo transparência ao setor regulado e à sociedade sobre como serão feitas as análises econômico-financeiras das operadoras e o monitoramento econômico de mercado, a partir de maio.

Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na adequação aos processos de trabalho e qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho do SUS, em especial por meio da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para a qualificação profissional e para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, bem como da desprecarização do trabalho, seja em seus vínculos empregatícios, como para a obtenção de condições satisfatórias para o exercício das funções dos profissionais de saúde.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Alcançar 38.500 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência.	Número de bolsistas beneficiados	7.000	De janeiro a abril de 2016, foram 4.850 novos residentes para a Residência Médica. Já para a Residência Multiprofissional tivemos 2.576 novos residentes, totalizando: 7.426.	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde 2015.20YD – Educação e Formação em Saúde
2. Qualificar 380.000 profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários.	Número de profissionais e gestores de saúde qualificados	65.000	26.718	
3. Realizar espaços de diálogo e formação com 100 parteiras de comunidades quilombolas, incluindo a distribuição de 100 kits para parteiras tradicionais e realizar 2 seminários envolvendo comunidades quilombolas, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	Número de parteiras atuando em comunidades quilombolas	25	0	2015.6175 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher
4. Promover a realização de experiências na realidade do SUS (VER-SUS) para 10 mil jovens a fim de que	Número de Jovens beneficiados	2.500	Foram 2.939 jovens beneficiados.	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
conheçam e reflitam sobre experiências concretas de implementação do SUS com o objetivo de atuarem para a mudança da formação, atenção, gestão e participação no e para o SUS nos locais em que vivem, se cuidam, estudam e trabalham.				
5. Envolver 5 mil jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) a fim de que estudem, pratiquem e pesquisam ações de qualificação da educação em saúde, dos serviços de saúde e atuem em processo de transformação da graduação em saúde orientados pelas Diretrizes Curriculares e às necessidades da população brasileira e do SUS.	Número de Jovens beneficiados	1.250	0	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde 2015.20YD - Educação e Formação em Saúde
6. Garantir a formação técnica e processos de qualificação para que pelo menos 20 mil jovens possam se tornar e se qualificar como profissionais de saúde.	Número de Jovens beneficiados	5.000	0	

Informações Adicionais

Em relação ao Pró-Residência, nos meses de janeiro a abril de 2016, foram beneficiados 4.850 novos residentes para a Residência Médica e para a Residência Multiprofissional tivemos 2.576 novos residentes, totalizando 7.426 bolsas.

Neste quadrimestre foram contabilizadas para o alcance das metas ofertas educacionais de tele-educação do Telessaúde. As ofertas disponibilizadas na plataforma AVASUS e as ofertas realizadas pelas Intituições vinculadas ao sistema UNASUS para profissionais de saúde de nível técnico e superior, além de desenvolver metodologia, organizar e promover atividade de educação permanente por meio de processos formativos e da qualificação dos profissionais de nível médio em áreas prioritárias do SUS.

Convênio firmado com a Universidade do Estado da Bahia nº 792151/2013. Entre outros objetivos, esse Convênio, promoverá 3 Encontros para trocas de saberes e práticas, no cuidado com gestantes e recém-nascido, entre 100 parteiras Quilombolas e 60 profissionais de saúde que atuam em áreas de Quilombo. E realizará dois Seminários Regionais de articulação das ações para a qualificação da assistência ao pré-natal e parto, de acordo com a estratégia da Rede Cegonha. E a realização de 1 reunião preparatória com gestores(as) e profissionais do Estado da Bahia, com o objetivo de definir estratégias de trabalho e contribuir com a mobilização para realização do Encontro de Trocas de Saberes nesse estado. Até o momento foram desenvolvidas as ações de realinhamento e atividades a serem realizadas em 2016, como a pactuação da realização de 2 Encontros para trocas de saberes e práticas, no cuidado com gestantes e recém-nascido entre parteiras Quilombolas e profissionais de saúde que atuam em áreas de Quilombo.

E para promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos jovens, foram incluídas metas para a população jovem, a destacar:

Para o ano de 2016 está previsto o envolvimento de 2.500 jovens nas experiências na realidade do SUS (VER-SUS). Na edição de Verão do VER-SUS/Brasil, no ano de 2016, foram realizadas 36 vivências com a participação de 1.208 jovens estudantes de 43 cursos de graduação. Os seminários/oficinas de Educação Permanente em Saúde contaram com a participação de 1.148 participantes. Realizou-se a III Mostra Nacional de Experiências do VER-SUS, participaram deste evento 583 pessoas. A edição de inverno deve acontecer no período de junho a agosto de 2016.

Ainda em 2016 está previsto o envolvimento de 1.250 jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde). Em outubro de 2015 foi lançado Edital para seleção de propostas para desenvolvimento do PET-Saúde/GraduaSUS. O resultado foi publicado em abril de 2016 e os projetos terão início em maio de 2016 com previsão de envolvimento de mais de 900 jovens no próximo quadrimestre a partir das ações de mobilização desenvolvidas pelos projetos.

Está em processo de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, objetivando a oferta de cursos no âmbito da bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, para que possa garantir a formação técnica e processos de qualificação para jovens. Aguardando assinatura e pactuação de vagas com o MEC.

Objetivo 11. Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

Com finalidade de aperfeiçoar o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, como também a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão, a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos, este objetivo contempla intervenções voltadas para a sustentação dos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do SUS nas três esferas de governo.

A operacionalização dessas intervenções conta com ações de capacitação de lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS; de fortalecimento de instâncias de controle social, em especial os conselhos de saúde; de fortalecimento do processo de ausculta social por meio da ampliação do número de ouvidorias do SUS e do apoio às ouvidorias descentralizadas do SUS já existentes; e, ainda, por meio de execução de ações de ouvidoria, como Carta SUS e Ouvidoria Itinerante.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Capacitar 80.000 lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.	Número de pessoas capacitadas	20.000	0	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade
2. Ampliar em 20% o número de ouvidorias do SUS.	Número de ouvidorias implantadas	5% (82)	1,12% (17)	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde. (PO 0002).
3. Implantar 20 comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para	Número de comitês implantados	5	1 municipal	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
populações em situação de vulnerabilidade social.				Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).

Informações Adicionais

Em relação à implantação de comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social, no 1º quadrimestre de 2016 foi implantado 1 Comitê Técnico Municipal de Educação Popular e de Promoção da Equidade em Saúde no município de Fortaleza.

Foi realizada, nos dias 25 a 29 de abril, em Remanso/BA, a primeira oficina do Projeto “Formação das Pescadoras Artesanais na Política de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas”, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, que prevê a capacitação direta de 440 pescadoras artesanais, em 11 oficinas em diversos estados do Brasil.

Ocorreu no dia 26 de abril de 2016, durante a 3ª Conferência Nacional LGBT e Direitos Humanos, o lançamento da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”, com foco na saúde integral, no atendimento humanizado e no respeito aos homens gays e bissexuais.

Em 29 de fevereiro e 1º de março, o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua se reuniu com o intuito de avaliar o Plano Operativo de Ações em Saúde para a População em Situação de Rua e sistematizar um novo Plano Operativo.

Em abril foi realizada 1 visita técnica coordenada pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos ao acampamento Cigano Calon do DF, localizado em Sobradinho, com objetivo de conhecer a realidade da referida comunidade e mapear as demandas por políticas públicas.

Ainda em abril foi realizado o seminário “Políticas de Promoção de Equidade em Saúde” em parceria com a Associação de Municípios do Vale do Rio Grande – Uberaba/MG, visando à qualificação da Gestão em Saúde para Implementação de Ações de Promoção da Equidade.

A Oficina Nacional de Planejamento do Prêmio Victor Valla de Educação Popular em Saúde foi realizada em fevereiro e teve o site do referido Prêmio elaborado e lançado em abril. Vale destacar ainda que o lançamento do Edital da 2ª Edição do Prêmio Victor Valla de EPS também foi realizado em abril.

No que se refere à implantação de ouvidorias do SUS, no período de janeiro a abril de 2016 houve um avanço considerável com a incorporação de 17 novas unidades no Sistema Nacional de Ouvidorias por meio da realização de ações de sensibilização, capacitação, reuniões técnicas, orientação, apresentação e aprovação de plano de ação de modo a viabilizar a implantação do sistema OuvidorSUS (sistema eletrônico especializado para a execução de atividades de ouvidoria - tratamento de demandas). Encontra-se em andamento a estruturação do apoio a ser ofertado às secretarias estaduais e municipais de saúde de modo a quantificar o número de ouvidorias apoiadas para o próximo período de avaliação.

Quanto a Estratégia Carta SUS, no período janeiro e fevereiro de 2016 foram enviadas 2.083.020 cartas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais/unidades de saúde públicas ou conveniados com o SUS. Encontrasse em andamento um estudo com vistas à reestruturação da estratégia Carta SUS (incorporação dos meios eletrônicos - Portal de Saúde do Cidadão e aplicativo móvel vinculado ao Cartão Nacional de Saúde), dentro outros meios que busquem qualificar a estratégia, assim como diminuir os gastos com a produção e envio das cartas.

Foi realizada em 30/03/2016 a Oficina de Capacitação à Intervenção das Ouvidorias do SUS no Combate ao Mosquito Aedes Aegypt, visando qualificar os Ouvidores do SUS para a atuação no Plano

Nacional de Combate ao Aedes, contou com a participação de Técnicos do Ministério da Saúde, Ouvidores Federais, Estaduais e Municipais.

Dando continuidade ao desenvolvimento do Projeto para Acreditação das Ouvidorias do SUS, o DOGES realizou em parceria com o Departamento de Ciências Sociais - DCS/ENSP/FIOCRUZ duas Oficinas referentes à construção do Referencial de Qualidade para implementação, que ocorreram em março e abril de 2016 cuja finalidade foi refletir sobre o objeto da acreditação das ouvidorias, apontando os elementos essenciais para a construção do referencial de qualidade, a fim de compreender de forma fundamental quais eram as possibilidades e limitações, quais eram os desafios e, de fato, as ideias na definição do que deveria ser estruturante dentro do sistema de acreditação.

Como parte do desenvolvimento do Termo de Cooperação nº 78/2012 firmado com o CPQAM/FIOCRUZ-PE, que visa à dinamização do processo de trabalho do DOGES, aconteceu no período de 18 e 19 de abril de 2016 uma Oficina para a conclusão de análise dos índices por raça-cor e região dos relatórios da rede cegonha 2013 e 2014 e para a construção dos modelos teóricos das produções científicas.

Foram realizadas em São Paulo no período de 17 a 19 de fevereiro de 2016 diversas agendas de debates com representantes governamentais, ouvidores e técnicos ligados a Rede de Ouvidorias das cinco regiões da cidade, as áreas técnicas da Atenção Básica e Especializada da Secretaria Municipal da Saúde que atuam em áreas de combate a violência em suas mais diversas formas e representantes da Ouvidoria Central da Saúde da Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Foram sugeridas ações de aperfeiçoamento do serviço, abordaram as medidas adotadas pelo setor em 2015. Soma-se a isso a efetivação de uma cooperação técnica para a discussão da Minuta do Projeto de Lei que institui a Ouvidoria no Sistema de Saúde Pública do Município de São Paulo. Na ocasião a Ouvidora-geral do SUS fez a gravação da parte introdutória do Curso de Educação a Distância (EAD) Nacional de Ouvidoria como parte do Projeto de vídeo aulas direcionada aos técnicos e trabalhadores da Saúde para acesso ao Sistema Ouvidor SUS, executado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Objetivo 12. Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada, hierarquizada, e participativa, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Isso requer da administração pública a adoção de mecanismos que permitam aos entes autônomos se organizarem de modo a executar uma gestão regionalizada e compartilhada.

Esse objetivo envolverá a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS; o apoio do Gestor Federal aos entes federados para que todos tenham Fundos de Saúde instituídos e Conselhos de Saúde legalmente constituídos e em funcionamento, com respectivos Planos de Saúde aprovados e integrados entre as três esferas no SUS; e a revisão e implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal para que 100% dos Fundos de Saúde sejam instituídos por Lei e estejam em funcionamento.	Unidade da federação apoiada	Não se aplica	100%	2015.2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.
2. Implantar o e-Saúde no Brasil, com destaque para o Registro Eletrônico em Saúde (RES) e para os Centros de Inteligência para suporte às decisões dos gestores públicos e decisões clínicas dos profissionais de saúde.	Sistema implantado	Não se aplica	Em apuração.	2015.20YN – Sistemas de tecnologia de informação e comunicação para a saúde (e-Saúde)
3. Implantar o Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde em 60% das regiões de saúde.	Percentual de regiões de saúde com COAP implantado	10%	5,93% (26) ⁶	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS

⁶ Os dados referentes ao COAP representam a linha de base do acumulado até 2015. Em 2016 não foi contratualizada nenhuma região de saúde.

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
4. Implantar pelo menos 1 Núcleo de Economia, Informação, Monitoramento e Avaliação da Saúde em cada região do País.	Número de Núcleos implantados	0	0	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
5. Reduzir, anualmente, o prazo médio dos processos de aquisição de Insumos Estratégicos para Saúde (IES).	Prazo médio registrado	Não se aplica	Em apuração.	Não se aplica
6. Apoiar os entes da Federação para que 100% tenham Planos de Saúde.	Percentual de Entes da federação apoiado	100%	Plano Municipal de Saúde - 91,7% Plano Estadual de Saúde - 29,6%. ⁷	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS
7. Apoiar os entes da federação para que 100% tenham Conselhos de Saúde legalmente instituídos e em funcionamento.	Percentual de Entes da federação apoiado	85%	80,61% ⁸	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade

⁷ O quantitativo de Planos foi extraído do Sargsus em 12/05/2016. A informação referente ao Plano Estadual de Saúde trata-se do período de 2016 a 2019.

⁸ Até abril de 2016 foram instituídos mais 21 conselhos, totalizando 4.539 o que correspondeu ao percentual de 80,61.

Informações Adicionais

100% dos Fundos de Saúde estão instituídos e em funcionamento. No entanto, com o intuito de certificar quanto à regularidade dos Fundos de Saúde, o FNS está identificando e mapeando as leis de criação dos Fundos, visando aperfeiçoar o monitoramento deste indicador.

Referente à revisão do instrumento COAP e estabelecimento de estratégia a fim de implementar com efetividade os dispositivos do Decreto 7508/2011, o Sub-Grupo COAP do Grupo de Gestão da CIT realizou 2 reuniões em janeiro e março de 2016, quando foi construída uma agenda de discussão para definição de estratégias para implementar ações visando os processos de regionalização e organização das redes de atenção à saúde, de planejamento regional integrado, de financiamento e governança regional. Foram ainda realizadas, no âmbito do MS, reuniões com as demais secretarias com o objetivo de alinhar conceitos e retomar as discussões sobre os dispositivos do Decreto, como etapa preparatória para oficinas tripartite visando a retomada do processo de implantação do COAP nas regiões de saúde.

Com o objetivo de fomentar a articulação de atores relevantes no processo de organização regional do sistema de saúde, compreendendo o planejamento em saúde e apoiando a capacidade de implementação de modelos de provisão de serviços como resposta integrada às necessidades sociais foram realizados em março e abril, no estado do Pará, dois encontros do projeto “Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Regionais de Atenção Integrada à Saúde/Regiões de Saúde”, como parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS – PROADISUS, sob condução do Hospital do Coração (Hcor) envolvendo técnicos e gestores de 4 regiões de saúde: em Belém, Marajó I e II e em Alter do Chão, as regiões de saúde do Tapajós e Baixo Amazonas.

Foi ainda discutida amplamente a parceria com a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública – RedEscolas, cuja Secretaria-Executiva é sediada na ENSP, para elaborar material instrutivo sobre temas relevantes à gestão regional do SUS de modo a contribuir com as Escolas de Saúde Pública, na oferta de processos de capacitação de gestores locais, com a participação efetiva dos membros da RedEscolas, valorizando a produção local e promovendo uma cultura de cooperação entre as escolas e as instâncias da gestão do SUS, na construção compartilhada de conhecimentos.

Ainda foram acordados, neste período, com a Fiocruz Brasília, a proposta de um TED para desenvolver uma matriz consolidada das normas reguladoras do SUS em documento único, como fonte segura e ordenada oriunda de portarias ministeriais da saúde devidamente estruturadas e sistematizadas e um segundo que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de competências para a gestão de contratos e outros ajustes celebrados com entidades públicas e privadas, por gestores e servidores do SUS, que se encontram em fase de formalização.

Foi lançado o volume 10, temático da Saúde da População Negra, do Painel de Indicadores do SUS, publicação que objetiva contribuir com a formação de consciência crítica e estimular processos de intervenção social, bem como o Manual de Planejamento do SUS, volume 4 da Série Articulação Interfederativa, que traz um conjunto de informações estabelecidas em normas, estratégicas para a gestão do SUS correlacionadas à implementação do Decreto 7508/11, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração de instrumentos para o planejamento de ações de saúde.

Quanto à existência de Planos Municipais e Estaduais de Saúde, o acompanhamento é realizado por meio dos dados disponibilizados pelos próprios entes no Sargsus. No entanto, pode haver Planos que não foram informados pelos entes através do sistema. Até maio de 2016, 91,7% dos municípios informaram possuir Plano de Saúde e 29,6% dos estados informaram a existência de plano para o quadriênio 2016 a 2019. Os estados que já possuem são: AL, MS, PA, PR, RJ, SC, SP e TO.

Objetivo 13. Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Este objetivo contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Resultados da PAS 2016

Metas PNS	Produto PAS 2016	Meta Física PAS 2016	Meta Física PAS 2016 Realizada (Jan. - Abr.)	Ação Orçamentária PLOA 2016
1. Pactuar novos critérios de rateio entre os entes federados a partir das responsabilidades sanitárias.	Critérios pactuados	0	0	2015.8287 – Aprimoramento da articulação e cooperação interfederativa e da gestão compartilhada do SUS
2. Aumentar, anualmente, o ressarcimento dos planos de saúde ao SUS em decorrência das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais especializados.	Índice de ressarcimento alcançado	30,8	10,65%	2015.4339 – Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar; 2015.8727 – Aperfeiçoamento do sistema de informação para saúde suplementar
3. Aprimorar o processo de execução das emendas individuais, com ênfase na pactuação de critérios para projetos prioritários, na eficiência dos investimentos e na sustentabilidade do SUS.	Processo de execução de emendas aprimorado	Não se aplica	Em apuração.	Não se aplica
4. Instituir novas modalidades de repasse de recursos, induzindo linhas de cuidado integral para acesso às especialidades.	Modalidade de repasse de recursos implantada	Não se aplica	Em apuração.	Não se aplica
5. Reduzir, anualmente, o preço médio das aquisições contratuais baseadas em Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).	Preço médio das aquisições reduzido	Não se aplica	Em apuração.	Não se aplica

Informações Adicionais

A proposta de definição metodológica para o rateio dos recursos federais para estados e municípios a partir dos critérios estabelecidos na LC 141 foi organizada por eixos, envolvendo aferição de necessidades de saúde, capacidade instalada e avaliação de desempenho e está em fase de simulação de seus resultados. Destaca-se que tal proposta está no gabinete da SGEF para discussão no colegiado do Ministro e, posterior discussão no CNS e CIT, conforme preconizado na própria LC 141/12.

No período de jan/16 a abr/16 foram emitidas 116.277 decisões em 1º instância e 1.458 decisões em 2ª instância, totalizando 117.735 atendimentos analisados. Das decisões em 1ª instância proferidas no período mencionado, estima-se, com base na série histórica de recursos protocolados pelas OPS, que 88.371 atendimentos serão contestados. Assim, podemos concluir que 10,65% do passivo de atendimentos à saúde realizados no SUS, por usuários de plano de saúde, foi analisado até abr/16.

ANEXO I

Atividades de controle encerradas no 1º Quadrimestre de 2016 – Por tipo

Atividade	Total
Auditoria	318
Fiscalização	0
Verificação do TAS	11
Visita Técnica	48
Total Geral	377

Atividades de controle encerradas no 1º Quadrimestre de 2016 – Por objeto

Objeto	Total
Assistência Farmacêutica	87
Atenção básica	63
Gestão	15
Investimento	8
Média e Alta complexidade	141
Vigilância em Saúde	5
Fora de bloco de financiamento	58
Total Geral	377

OBS: Informação acumulada de janeiro a dezembro de 2015.

Classificação das constatações das ações de controle (Auditoria e Fiscalização) - 1º quadrimestre de 2016 –

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Farmacêutica	96	122	218
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	2	1	3
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	5	2	7
Assistência Farmacêutica Básica	83	102	185
Componentes Básico e Especializado	1	2	3
Componentes Básico, Estratégico e Especializado	5	15	20

Assistência Média e Alta Complexidade	957	624	1581
Assistência Ambulatorial	86	116	202
Assistência Hospitalar	208	193	401
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	146	113	259
SAMU 192	517	202	719
Atenção Básica	275	339	614
ESF - PACS/PSF	96	92	188
ESF Saúde Bucal	17	34	51
Processo de Trabalho	87	96	183
Resultado	14	15	29
Unidades Básicas de Saúde	59	101	160
Visita Domiciliar	2	1	3
Cadastramento de Serviços		1	1
Média e Alta Complexidade		1	1
Controle Social	90	83	173
Conferência de Saúde	6		6
Conselho de saúde	83	77	160
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	1	6	7
Controles Internos	21	71	92
Estrutura	2	4	6
Processo	19	66	85
Resultado		1	1
Engenharia/Arquitetura	22	38	60
Obras e Serviços	22	38	60
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	5	8	13
Educação em Saúde	3	2	5
Gestão do Trabalho	2	6	8
Gestão Municipal	11	15	26
Assistência de Atenção Básica	8	11	19
Regulação	3	4	7
Humanização da atenção e gestão da saúde	4	1	5
Direitos e deveres dos usuários	4	1	5

Programa Farmácia Popular do Brasil	130	526	656
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	130	526	656
Programas Estratégicos	39	11	50
Estrutura	17	3	20
Processo	19	4	23
Resultado	3	4	7
Recursos Financeiros	580	505	1085
Contrato	52	61	113
Convênios	48	28	76
Emenda Constitucional 29/2000	53	36	89
Execução Orçamentária	97	107	204
Fundo a Fundo	119	92	211
Fundo de Saúde	131	82	213
Licitação	80	99	179
Recursos Humanos	14	35	49
Gestão	11	15	26
Profissionais de Saúde	3	20	23
Rede Cegonha - Ambiência e Boas Práticas	41	20	61
Ações de humanização para a gestante	6	4	10
Ações de humanização para o recém-nascido	8		8
Banco de Leite	7	5	12
Educação permanente	7	5	12
Partograma	2	5	7
Práticas não recomendadas	6	1	7
Relatórios de transferência	2		2
Segurança do paciente	3		3
Rede Cegonha - Caderneta de Saúde da Criança	21	3	24
Recebimento e Distribuição	21	3	24
Rede Cegonha - Componente Pré-Natal	67	23	90
Atenção Básica	67	23	90
Rede Cegonha - Contrato de Gestão	55	33	88
Comissão/Comitê de Acompanhamento/Monitoramento de Contratos	6	3	9

Contratualização	23	10	33
Recursos financeiros	26	20	46
Rede Cegonha - Coordenação	78	71	149
Fórum Estadual/Perinatal da Rede Cegonha	11	9	20
Grupo Condutor Estadual/Regional	14	11	25
Regulação	53	51	104
Rede Cegonha - Gestão	114	47	161
Acessibilidade	9	10	19
Caderneta de Saúde da Criança	6	3	9
Cartório	9	2	11
CCIH	6	1	7
Colegiado Gestor	6	3	9
Comissão de Óbito	3	3	6
Comissão de Prontuário	6	2	8
Contratualização	5	4	9
NIR	5	1	6
Núcleo de Segurança do Paciente	8		8
Ouvidoria	7	1	8
Populações vulneráveis	6	3	9
Principais causas de óbitos	2		2
Recursos financeiros	3	5	8
Teste rápido e protocolos	13		13
Triagem Neonatal	10	4	14
Vigilância e indicadores	10	5	15
Rede Cegonha - Leitos, Prof. Direito Acompanhante	81	72	153
Alojamento Conjunto (Alcon)	18	15	33
Centro Obstétrico (CO)	17	19	36
CPNi (PPP)	7	4	11
Documentos e rotinas técnicas	6	8	14
Leitos	9	14	23
Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal (UCINCo)	3	5	8
Unidade de Tratamento Intensivo Canguru (UCINCa)	7		7

Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (UTIn)	14	7	21
Rede Cegonha - Plano de Ação Regional (PAR)	43	37	80
Monitoramento e Relatório de Avaliação do PAR	43	37	80
Rede Cegonha - Transporte Seguro	10	3	13
Disponibilidade de transporte	10	3	13
Rede Cegonha - Vaga Sempre	9	6	15
Gestão interna de leitos	9	6	15
Rede Cegonha-Acolhimento e Classificação de Risco	11	2	13
Sala de Acolhimento e Classificação de Risco	11	2	13
Regionalização, Planejamento e Programação	218	245	463
Comissão Intergestores Bipartite	5	1	6
Estrutura Organizacional	12	6	18
Instrumentos de Planejamento PPA	5	8	13
Instrumentos de Planejamento PS	6	10	16
Instrumentos de Planejamento RAG	4	11	15
Instrumentos de Planejamento SISPACTO	3	7	10
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	8	6	14
Plano de Saúde	108	69	177
Relatório de Gestão	62	124	186
Termo de Compromisso de Gestão	5	3	8
Regulação	66	83	149
Centrais de Regulação	45	43	88
Controle e Avaliação	21	40	61
Saúde Bucal CEO (media e alta complexidade)	6	6	12
Estrutura	2	2	4
Processo	3	1	4
Resultado	1	3	4
Saúde do Trabalhador	48	69	117
Ações	13	14	27
Estrutura Física	2	2	4
Estruturação	11	7	18
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	5	7	12

Produção de Informação	9	13	22
Recursos Humanos	5	10	15
Recursos Materiais	2	8	10
Regionalização	1	8	9
Sistema Nacional de Auditoria	4	5	9
Estrutura	1	1	2
Processo	1	4	5
Resultado	2		2
Vigilância em Saúde	67	66	133
Vigilância Ambiental	3	1	4
Vigilância Epidemiológica	46	52	98
Vigilância Sanitária	18	13	31
Total Geral	3183	3170	6353